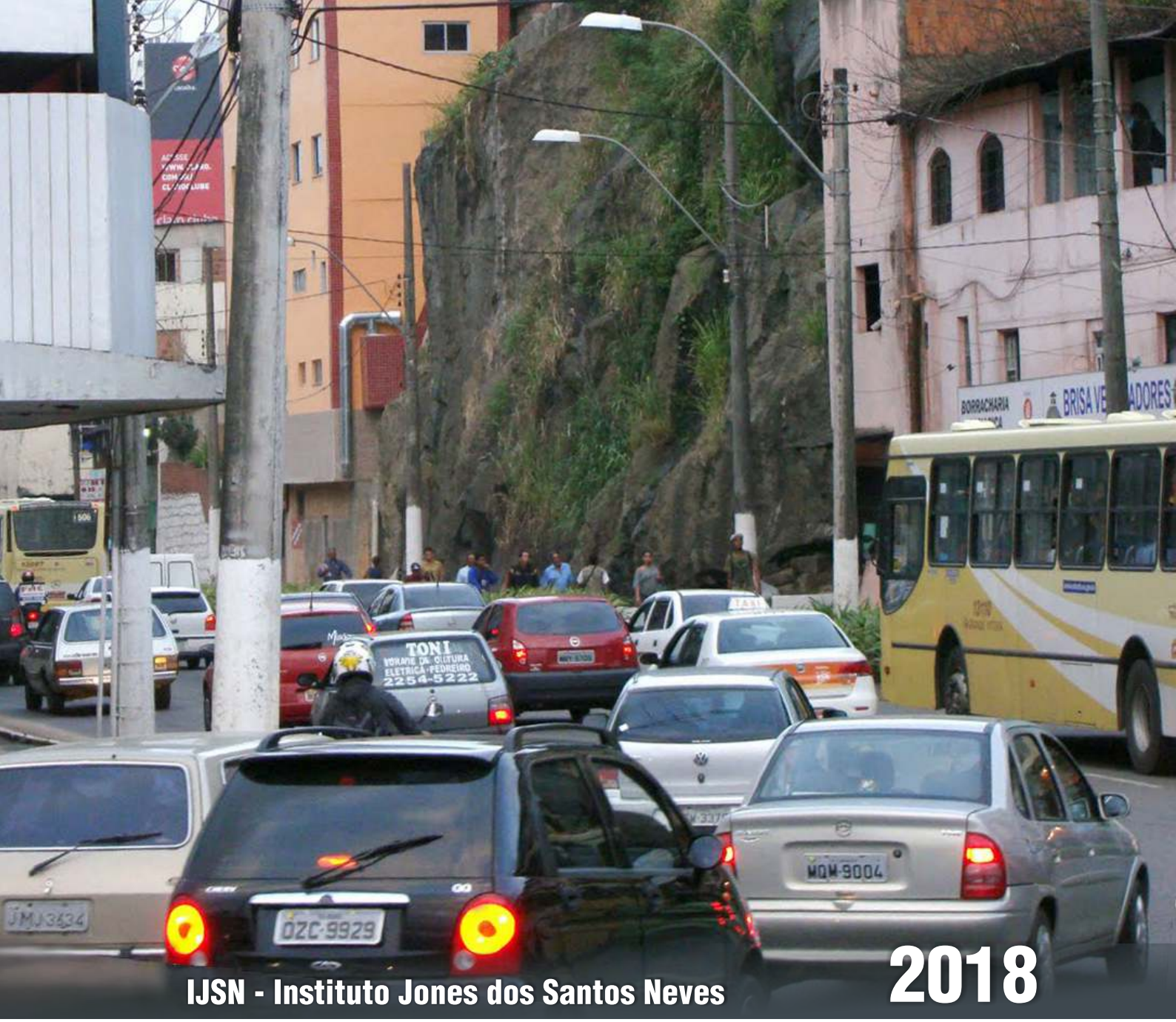


IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2018

MUNIC 2017

Análise da Gestão Municipal no Espírito Santo

Recursos Humanos - Habitação - Transporte - Meio Ambiente
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

CADERNO DE PESQUISA

MUNIC 2017

Análise da Gestão Municipal no Espírito Santo

Recursos Humanos - Habitação - Transporte - Meio Ambiente
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Vitória I 2018

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

MUNIC 2018
Caderno de Pesquisa

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETORA-PRESIDENTE
Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Ana Carolina Giuberti

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS
Pablo Lira

ELABORAÇÃO
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Nathalia Nogarolli Bonadiman

COLABORAÇÃO
William Joubert Ramos de Almeida (Estagiário)

EDITORAÇÃO
Eugênio Herkenhoff

BIBLIOTECÁRIO
Jair Rosário Filho

Apresentação

Este Caderno apresenta alguns resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais/2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, buscando trazer um panorama da gestão municipal no Espírito Santo nos seguintes aspectos: Recursos Humanos, Habitação, Transporte, Meio Ambiente e Gestão de Riscos e Reposta a Desastres. A pesquisa, também conhecida como Munic, realiza anualmente um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE).

Sumário

Introdução 10

01 Recursos Humanos por Vínculo 12

02 Habitação 24

03 Transporte 38

04 Meio Ambiente 48

05 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres 60

Considerações Finais 76

Lista de Mapas

Mapa 01 - Participação de estatutários no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017 20

Mapa 02 - Participação de celetistas no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017 21

Mapa 03 - Participação de comissionados no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017 22

Mapa 04 - Participação de servidores sem vínculo permanente no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017 23

Mapa 05 - Existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Habitação no município e caracterização do Órgão Gestor – 2017 32

Mapa 06 - Ocupações existentes no município – 2017) 35

Mapa 07 - Programas ou ações realizadas pela prefeitura no ano de 2015 e/ou 2016 – 2017 37

Mapa 08 - Existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Transporte e caracterização do Órgão Gestor – 2017 45

Mapa 09 - Serviços regulares de transporte existentes no município – 2017 47

Mapa 10 - Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente no município e caracterização do Órgão Gestor - 2017 54

Mapa 11 - Impactos ambientais e/ou processos/ações de maior ocorrência no município – 2017 55

Mapa 12 - Legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município – 2017 57

Mapa 13 - Participação do município em consórcios e convênios para ações na área de meio ambiente – 2017 59

Mapa 14 - Eventos que atingiram o município nos últimos quatro anos – 2017 72

Mapa 15 - Instrumentos de planejamento relacionados ao gerenciamento de riscos existentes no município – 2017 73

Mapa 16 - O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas – 2017 74

Mapa 17 - O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas – 2017 75

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo (%) - 2017 14

Tabela 02 - Participação de estatutários e comissionados no quadro da administração direta (%) - 2015/2017 17

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Caracterização do órgão gestor de habitação (%) – 2011/2017 25

Gráfico 02 - Existência de Plano Municipal de Habitação (%) – 2011/2017 26

Gráfico 03 - O Plano Municipal de Habitação é articulado ao Plano Diretor (%) – 2017 26

Gráfico 04 - Aspectos do Plano Municipal de Habitação (nº absolutos) – 2017 27

Gráfico 05 - O município realizou alguma Conferência Municipal de Habitação nos últimos 4 anos (%) - 2017 28
Gráfico 06 - Existência de Conselho Municipal de Habitação (%) - 2011/2017 28
Gráfico 07 - Formação do Conselho Municipal de Habitação (%) - 2017 29
Gráfico 08 - Caráter do Conselho Municipal de Habitação (nº absolutos) - 2017 29
Gráfico 09 - Existência de Fundo Municipal de Habitação (%) - 2017 30
Gráfico 10 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação (%) - 2017 30
Gráfico 11 - O Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais (%) - 2017 30
Gráfico 12 - Existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais (%) - 2011/2017 33
Gráfico 13 - O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias (%) - 2017 33
Gráfico 14 - Ocupações existentes no município (%) - 2017 34
Gráfico 15 - Programas ou ações realizadas pela prefeitura no ano de 2015 e/ou 2016 (%) - 2017 36
Gráfico 16 - Existência, na prefeitura, de algum programa que conceda o benefício do aluguel social (%) - 2017 36
Gráfico 17 - Caracterização do órgão gestor de transporte (%) - 2012/2017 39
Gráfico 18 - Existência de Plano Municipal de Transporte (%) - 2012/2017 40
Gráfico 19 - Aspectos do Plano Municipal de Transporte (nº absolutos) - 2017 40
Gráfico 20 - O município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte nos últimos 4 anos (%) - 2017 41
Gráfico 21 - Existência de Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) - 2012/2017 41
Gráfico 22 - Formação do Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) - 2017 42
Gráfico 23 - Caráter do Conselho Municipal de Transporte ou similar (nº absolutos) - 2017 42
Gráfico 24 - Existência de Fundo Municipal de Transporte ou similar (%) 2017 43
Gráfico 25 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) - 2017 43
Gráfico 26 - O Fundo tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses (%) - 2017 43
Gráfico 27 - Caracterização do órgão gestor de meio ambiente (%) - 2013/2017 49
Gráfico 28 - Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) - 2013/2017 50
Gráfico 29 - Formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) - 2017 50
Gráfico 30 - Caráter do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (nº absolutos) - 2017 50
Gráfico 31 - Existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) - 2013/2017 51
Gráfico 32 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) - 2017 51
Gráfico 33 - Utilização de recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente para ações ambientais em 2016 (%) - 2017 52

Gráfico 34 - Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (%) - 2013/2017 52
Gráfico 35 - O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos abrange apenas esse município (%) - 2013/2017 53
Gráfico 36 - Legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município (nº absolutos) - 2017 56
Gráfico 37 - O município foi atingido pela seca nos últimos 4 anos (%) - 2017 61
Gráfico 38 - Ocorrências no ano de seca de maior impacto para o município (nº absolutos) - 2017 ... 62
Gráfico 39 - Ações para evitar ou minimizar os danos causados pela seca (nº absolutos) - 2017 62
Gráfico 40 - Existência de Plano de Contingência e/ou Preservação para a seca no município (%) - 2017 63
Gráfico 41 - O município foi atingido por alagamentos nos últimos 4 anos (%) - 2017 63
Gráfico 42 - O município foi atingido por processo erosivo acelerado nos últimos 4 anos (%) - 2017... 64
Gráfico 43 - O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos (%) - 2017 64
Gráfico 44 - Áreas do município em que ocorreram as enchentes ou inundações graduais (nº absolutos) - 2017 65
Gráfico 45 - Ações para evitar ou minimizar os danos causados por enchentes ou inundações graduais (nº absolutos) - 2017 65
Gráfico 46 - O município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 4 anos (%) - 2017 66
Gráfico 47 - Áreas do município em que ocorreram as enxurradas ou inundações bruscas (nº absolutos) - 2017 66
Gráfico 48 - Ações para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas (nº absolutos) – 2017 67
Gráfico 49 - O município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 4 anos (%) – 2017 68
Gráfico 50 - Áreas do município em que ocorreram os escorregamentos ou deslizamentos de encostas (nº absolutos) – 2017 68
Gráfico 51 - Ações para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas (nº absolutos) – 2017 69
Gráfico 52 - Instrumentos de planejamento relacionados ao gerenciamento de riscos existentes no município (%) – 2017 69
Gráfico 53 - O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas (%) – 2017 70
Gráfico 54 - O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas (%) – 2017 71
Gráfico 55 - Equipamentos relacionados à gestão de riscos e resposta a desastres existentes no município – 2017 71


BORRACHARIA
BRISA VE
ADORES
TINTON
207-9785
666-9090

Introdução

Esta publicação tem como objetivo analisar, nos municípios do Espírito Santo, aspectos relacionados ao planejamento e gestão municipal – Recursos Humanos, Habitação, Transporte, Meio Ambiente e Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a partir da sistematização das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 2017. A pesquisa, também conhecida como Munic, tem abrangência nacional e realiza, anualmente, um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial das Prefeituras, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE).

A inserção de um capítulo específico de Política Urbana na Constituição de 1988 representou um marco na política urbana brasileira. Com a inclusão dos artigos 182 e 183, reconheceu-se a importância de garantir o pleno desenvolvimento da função social da cidade e a responsabilidade municipal na condução da política de desenvolvimento urbano local. Apesar dos avanços e do crescente aparato regulatório, no Brasil há um nítido descolamento entre planejamento, gestão municipal e aplicabilidade dos instrumentos jurídicos-urbanísticos, resultando em padrões de desenvolvimento urbano em desacordo com os princípios constitucionais. No Espírito Santo o panorama não é diferente do restante do país. Por outro lado, também é preciso considerar as diferentes capacidades dos governos municipais de implementar políticas públicas, dadas as desigualdades técnicas, financeiras e de gestão.

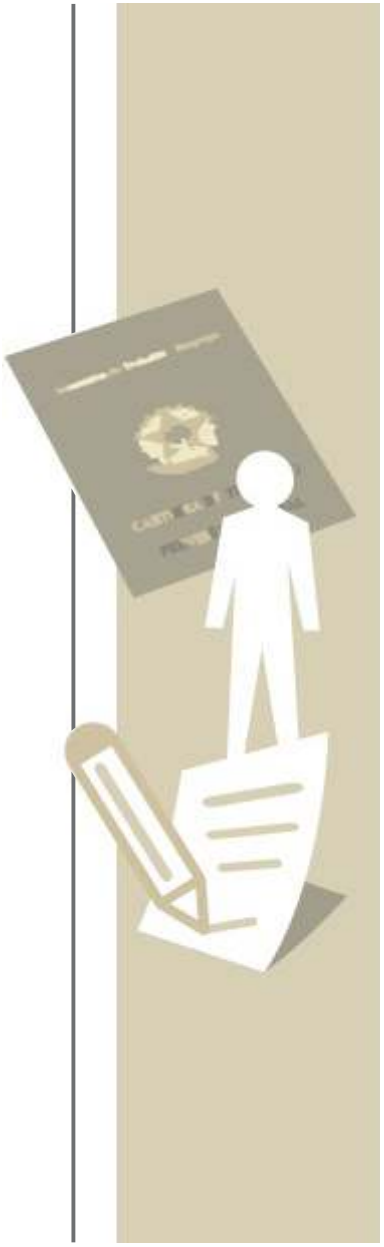
Considerando o contexto exposto acima, busca-se aqui sistematizar informações sobre a situação dos municípios do Espírito Santo quanto à gestão municipal em diversas áreas, de modo a fornecer subsídios que permitam traçar um panorama da dinâmica de institucionalização e execução da política urbana pelo Poder Público Municipal. Dessa forma, espera-se contribuir para a melhoria da gestão municipal capixaba, em consonância com os princípios constitucionais fundamentais para um ambiente urbano equilibrado e justo.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic foi realizada pela primeira vez em 1999, como estratégia para suprir a crescente demanda por informações municipais, principalmente pós Constituição Federal de 1988, que trouxe como uma de suas principais marcas a maior descentralização administrativa, redefinindo o pacto federativo (IBGE). Apesar de sua relevância para os estudos e pesquisas sobre a gestão municipal brasileira, principalmente em função da abrangência territorial e temática e da periodicidade, cabe alertar para a existência de algumas inconsistências e dados de confiabilidade duvidosa. Neste sentido, é importante destacar a metodologia de coleta de dados, que se dá por meio de questionários respondidos pela própria instituição pública municipal, que é responsável pela fidedignidade dos registros da Munic.

Ao mesmo tempo que as inconsistências de dados lançam luz a eventuais falhas no preenchimento e/ou envio das informações ao IBGE por parte da instituição pública municipal, também evidenciam a necessidade de aprimoramento desses procedimentos, destacando a importância da adequada gestão municipal sobre esses processos que se desdobram na melhoria da transparência governamental.

1 - Recursos Humanos por Vínculo

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa quanto à composição do quadro de pessoal da administração direta dos municípios do Espírito Santo, por tipo de vínculo (estatutário, celetista, comissionado, estagiário e sem vínculo permanente).[1]



A gestão de recursos humanos na administração pública tem sido um desafio para os municípios brasileiros. O tipo de vínculo, bem como a escolaridade do quadro de pessoal são alguns dos parâmetros que podem ser considerados para medir a capacidade de gestão dos municípios, visto que estão diretamente relacionados com as competências técnicas, humanas e gerenciais necessárias para se alcançar eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

O foco da análise é a participação dos servidores estatutários em contraposição à participação dos servidores comissionados na composição do quadro da administração direta dos municípios do Espírito Santo, partindo do pressuposto de que quanto maior o número de servidores efetivos, mais positivo é para a administração pública, principalmente do ponto de vista da estabilidade e da continuidade da gestão municipal.

[1]Considera estatutário o funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único – RJU que rege a contratação no serviço público; funcionário regido pela CLT o funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas; sem vínculo permanente o funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada; comissionado o funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce (Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE).

A Tabela 1 apresenta a composição do quadro da administração direta dos municípios do Espírito Santo por tipo de vínculo, a saber: estatutários, celetistas, comissionados, estagiários e servidores sem vínculo permanente. Muniz Freire (94,1%), Governador Lindenberg (93,0%), Conceição da Barra (92,1%) e Itaguaçu (91,0%) são os únicos municípios do estado com participação de estatutários acima de 90,0%. Outros vinte e dois municípios capixabas possuem participação acima de 70,0%. Por outro lado, em Alto Rio Novo, Apiacá e Muqui a ocorrência de estatutários é de 0,0%. Além disso, no município de Pinheiros a participação de estatutários é de apenas 0,4%. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) apresenta os seguintes resultados para este tipo de vínculo, em ordem decrescente: Vila Velha (75,7%); Guarapari (71,4%); Vitória (69,5%), Fundão (64,3%); Serra (59,4%); Cariacica (49,2%); e Viana (42,7%).

Quanto aos celetistas, servidores no regime CLT, a maior participação ocorre justamente nos municípios com menor ou nenhuma participação de estatutários, mencionados acima: Alto Rio Novo (72,9%), Apiacá (72,0%), Muqui (63,5%) e Pinheiros (69,1%). O município de Colatina também apresenta uma participação relevante de celetistas, 42,9%, sendo que tem 23,8% de estatutários. Com exceção dos casos citados, em geral, a participação de celetistas na composição do quadro de pessoal da administração direta dos municípios do ES é pouco significativa. Segundo a pesquisa, dos setenta e oito municípios capixabas, trinta e quatro não contam com servidores celetistas no seu quadro de pessoal da administração direta. Da mesma forma, a participação de estagiários é pouco expressiva nos municípios do estado em comparação aos demais vínculos .

Na maioria dos municípios do ES, a participação de servidores sem vínculo permanente é superior à de comissionados (Tabela 1). A maior e a menor participação de servidores comissionados no ES referem-se, respectivamente, aos municípios de Mucurici (40,3%) e Atílio Vivacqua (2,1%). Dos municípios da RMGV, a maior e a menor participação referem-se aos municípios de Fundão (34,2%) e Guarapari (4,2%), sendo os demais: Viana (14,1%); Vila Velha (11,3%); Cariacica (9,5%); Serra (6,2%); e Vitória (5,0%). Quanto aos servidores sem vínculo permanente, destaque para o município de Presidente Kennedy, com mais da metade do quadro de pessoal da administração direta composto de servidores sem vínculo permanente (51,6%). Por outro lado, em dez municípios capixabas não há ocorrência de servidores sem vínculo permanente.

Na RMGV, tem-se os seguintes resultados para servidores sem vínculo permanente, em ordem decrescente: Viana (36,9%); Cariacica (31,7%); Guarapari (23,9%); Serra (21,0%); Vitória (14,6%); Vila Velha (0,7%); e Fundão (0,0%). Observa-se que Fundão e Vila Velha, que estão entre os três municípios da RMGV com maior percentual de comissionados, apresenta os dois menores percentuais de servidores sem vínculo permanente, sendo que no caso de Fundão não há ocorrência deste tipo de vínculo. Por outro lado, municípios com menor percentual de comissionados, como Guarapari, Vitória, Serra e Cariacica, nesta ordem, possuem percentuais mais significativos de servidores sem vínculo permanente. Em Viana, a participação de ambos, comissionados e sem vínculo, está entre as mais altas da RMGV (segunda posição em participação de comissionados e primeira posição em participação de servidores sem vínculo permanente).

Tabela 1

Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo (%) - 2017

Município	Estatutários	Celetistas	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Afonso Cláudio	69,8	0,0	4,9	3,4	21,8
Água Doce do Norte	55,9	8,1	14,1	5,3	16,7
Águia Branca	42,7	3,9	4,8	10,1	38,5
Alegre	69,0	2,2	12,1	1,2	15,5
Alfredo Chaves	52,5	0,2	11,5	3,6	32,2
Alto Rio Novo	0,0	72,9	6,5	2,9	17,7
Anchieta	4,3	0,0	10,4	3,2	32,1
Apiacá	0,0	72,0	18,0	0,0	10,0
Aracruz	52,7	4,7	4,5	1,5	36,5
Atílio Vivacqua	72,2	0,0	2,1	0,0	25,8
Baixo Guandu	84,6	4,0	11,2	0,2	0,0
Barra de São Francisco	46,7	8,7	5,7	10,8	28,1
Boa Esperança	75,3	0,5	14,5	9,1	0,5
Bom Jesus do Norte	71,0	7,5	19,1	1,0	1,5
Brejetuba	81,0	0,0	6,8	0,8	11,4
Cachoeiro de Itapemirim	45,9	4,4	4,2	0,1	45,5
Cariacica	49,2	4,7	9,5	4,9	31,7
Castelo	66,0	0,0	6,1	0,0	27,8
Colatina	23,8	42,9	5,4	10,2	17,7
Conceição da Barra	92,1	0,0	7,8	0,0	0,1
Conceição do Castelo	41,9	0,0	3,5	11,2	43,3
Divino de São Lourenço	49,7	0,0	13,6	0,0	36,7
Domingos Martins	48,5	3,8	4,6	0,1	43,1
Dores do Rio Preto	60,9	0,0	6,6	0,0	32,4
Ecoporanga	47,4	28,5	11,1	13,1	0,0
Fundão	64,3	1,5	34,2	0,0	0,0
Governador Lindenberg	93,0	0,0	7,0	0,0	0,0
Guaçuí	60,0	0,0	7,3	0,0	32,8
Guarapari	71,4	0,0	4,2	0,4	23,9
Ibatiba	75,3	0,0	4,2	1,0	19,6

Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Continua

Tabela 1 (Continuação)

Composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo (%) - 2017

Município	Estatutários	Celetistas	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Ibiraçu	55,3	0,0	14,1	3,0	27,6
Ibitirama	*	*	*	*	*
Iconha	51,5	0,0	14,7	0,0	33,8
Irupi	74,5	0,0	10,1	4,9	10,6
Itaguaçu	91,0	0,3	7,7	1,0	0,0
Itapemirim	31,6	3,3	11,8	9,6	43,7
Itarana	48,8	9,6	3,1	2,8	35,7
Iúna	73,0	0,0	6,3	0,0	20,6
Jaguaré	39,8	39,3	11,7	9,2	0,0
Jerônimo Monteiro	67,7	7,2	8,8	0,0	16,4
João Neiva	28,1	0,0	13,8	0,2	57,9
Laranja da Terra	54,3	5,7	24,4	0,0	15,6
Linhares	73,9	0,0	4,1	5,3	16,7
Mantenópolis	36,3	6,4	5,7	0,0	51,6
Marataízes	66,9	0,0	7,7	5,5	19,9
Marechal Floriano	43,2	0,0	18,6	0,0	38,2
Marilândia	71,5	0,9	15,4	10,8	1,4
Mimoso do Sul	55,2	0,0	8,7	2,8	33,4
Montanha	67,4	16,7	15,9	0,0	0,0
Mucurici	54,8	3,7	40,3	1,2	0,0
Muniz Freire	94,1	0,2	5,7	0,0	0,0
Muqui	0,0	63,5	6,3	3,1	27,1
Nova Venécia	48,1	0,2	9,0	3,1	39,7
Pancas	73,0	4,6	7,8	0,0	14,6
Pedro Canário	51,5	8,6	5,6	2,0	32,3
Pinheiros	0,4	69,1	5,1	0,0	25,4
Piúma	64,1	0,0	16,8	0,0	19,2
Ponto Belo	76,6	0,0	11,7	0,8	10,8
Presidente Kennedy	38,2	0,1	9,7	0,4	51,6
Rio Bananal	68,2	0,0	3,7	4,8	23,2
Rio Novo do Sul	74,3	0,0	2,7	4,1	18,9
Santa Leopoldina	84,4	0,0	8,2	0,0	7,4
Santa Maria de Jetibá	72,3	0,0	6,2	5,5	16,1
Santa Teresa	43,8	5,1	12,8	0,0	38,3
São Domingos do Norte	88,9	0,0	6,6	3,0	1,5
São Gabriel da Palha	64,7	13,1	3,4	4,0	14,8
São José do Calçado	57,1	0,0	7,5	0,0	35,5
São Mateus	71,5	6,7	7,5	1,5	12,8
São Roque do Canaã	73,4	0,0	23,2	1,4	2,0
Serra	59,4	6,5	6,2	6,9	21,0
Sooretama	61,4	0,0	13,2	6,9	18,5
Vargem Alta	60,7	6,3	6,5	3,1	23,5
Venda Nova do Imigrante	79,8	10,1	3,9	6,3	0,0
Viana	42,7	0,0	14,1	6,3	36,9
Vila Pavão	89,2	0,0	10,0	0,0	0,8
Vila Valério	57,2	6,3	8,8	0,4	27,3
Vila Velha	75,7	4,1	11,3	8,1	0,7
Vitória	69,5	3,2	5,0	7,7	14,6

Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

*Não soube informar

A Tabela 2 apresenta apenas a participação de estatutários e comissionados no quadro de pessoal da administração direta dos municípios do ES, nos anos 2015 e 2017, e as respectivas variações percentuais no período. Busca-se, desta forma, uma análise comparativa mais direta entre estes dois tipos de vínculos, reconhecendo que o aumento da participação de efetivos, representados pelos servidores estatutários, bem como a diminuição da participação de comissionados, é positivo para a administração pública, conforme explicitado anteriormente.

No que se refere à participação de servidores estatutários no quadro de pessoal da administração direta, observa-se que vinte e cinco municípios do ES registraram queda entre 2015 e 2017, sendo que as maiores variações negativas ocorreram nos municípios de Marataízes (-10,5 pontos percentuais ou pp) e Divino de São Lourenço (-8,1 pp). Outros quarenta e oito municípios registraram aumento na participação de estatutários, sendo que as variações mais expressivas ocorreram nos seguintes municípios: Marilândia (58,8 pp); São Domingos do Norte (52,2 pp); Fundão (43,9 pp); Conceição da Barra (39,7 pp); Montanha (35,7 pp); Venda Nova do Imigrante (35,7 pp), São Roque do Canaã (32,9 pp); e Baixo Guandu (31,2 pp). No município de Marechal Floriano a participação se manteve estável. Em três municípios não houve variação por não registrar ocorrência de estatutários no seu quadro de pessoal da administração direta nos dois anos analisados (Alto Rio Novo, Apiacá e Muqui). Para um município não há informação disponível (Ibitirama). Na RMGV, apenas Vila Velha (16,2 pp) e Cariacica (4,0 pp) registraram aumento, contudo, as variações negativas foram pouco significativas, quase que estáveis, nos demais municípios metropolitanos: Guarapari (-0,9 pp); Viana (-0,9 pp); Serra (-0,5 pp); e Vitória (-0,2 pp).

Quanto à participação de comissionados, entre 2015 e 2017 houve queda em trinta e quatro municípios, sendo as maiores registradas em Fundão (-10,1 pp) e Baixo Guandu (-8,7 pp). Em Iúna, a participação se manteve estável no período. Para um município não há informação disponível (Ibitirama). Nos demais municípios do estado, houve aumento na participação de comissionados no quadro de pessoal da administração direta, com destaque para Marechal Floriano (6,3 pp), que registrou a maior variação. Dentre os municípios da RMGV, além de Fundão, já citado, Guarapari (-0,7 pp) e Viana (-3,2 pp) também registraram queda. Os demais registraram pequeno aumento na participação de comissionados, sendo o maior em Vila Velha (3,2 pp).

Tabela 2

Participação de estatutários e comissionados no quadro da administração direta (%) - 2015/2017

Município	Estatutários		Variação (em pp)	Comissionados		Variação (em pp)
	2015	2017		2015	2017	
Afonso Cláudio	63,8	69,8	6,0	4,6	4,9	0,3
Água Doce do Norte	62,7	55,9	-6,8	11,4	14,1	2,7
Águia Branca	42,4	42,7	0,4	9,0	4,8	-4,2
Alegre	70,8	69,0	-1,8	9,5	12,1	2,5
Alfredo Chaves	54,6	52,5	-2,1	11,7	11,5	-0,1
Alto Rio Novo	0,0	0,0	0,0	4,9	6,5	1,6
Anchieta	45,4	54,3	8,9	13,5	10,4	-3,1
Apiacá	0,0	0,0	0,0	16,4	18,0	1,6
Aracruz	50,8	52,7	1,9	6,0	4,5	-1,4
Atílio Vivacqua	58,5	72,2	13,7	1,0	2,1	1,0
Baixo Guandu	53,3	84,6	31,2	19,9	11,2	-8,7
Barra de São Francisco	49,1	46,7	-2,4	8,2	5,7	-2,5
Boa Esperança	62,7	75,3	12,7	11,4	14,5	3,1
Bom Jesus do Norte	63,5	71,0	7,5	21,2	19,1	-2,1
Brejetuba	72,7	81,0	8,3	7,7	6,8	-0,9
Cachoeiro de Itapemirim	43,1	45,9	2,7	4,0	4,2	0,2
Cariacica	45,1	49,2	4,0	8,7	9,5	0,7
Castelo	59,0	66,0	7,0	7,2	6,1	-1,0
Colatina	20,3	23,8	3,5	6,5	5,4	-1,1
Conceição da	52,4	92,1	39,7	7,3	7,8	0,5
BarraConceição do Castelo	43,2	41,9	-1,2	3,4	3,5	0,2
Divino de São Lourenço	57,7	49,7	-8,1	10,6	13,6	3,1
Domingos Martins	46,1	48,5	2,4	7,1	4,6	-2,5
Dores do Rio Preto	56,8	60,9	4,2	10,3	6,6	-3,7
Ecoporanga	49,5	47,4	-2,2	9,8	11,1	1,3
Fundão	20,4	64,3	43,9	44,3	34,2	-10,1
Governador Lindenberg	68,5	93,0	24,5	6,2	7,0	0,8
Guaçuí	55,1	60,0	4,9	5,7	7,3	1,6
Guarapari	72,3	71,4	-0,9	4,9	4,2	-0,7
Ibatiba	72,4	75,3	2,9	9,3	4,2	-5,1
Ibiraçu	39,1	55,3	16,2	14,3	14,1	-0,2
Ibitirama	51,2	*	*	11,7	*	*
Iconha	52,2	51,5	-0,8	13,3	14,7	1,5
Irupi	66,4	74,5	8,1	9,3	10,1	0,8
Itaguaçu	66,4	91,0	24,7	3,2	7,7	4,6
Itapemirim	34,0	31,6	-2,4	11,2	11,8	0,7
Itarana	51,9	48,8	-3,1	4,7	3,1	-1,6
Iúna	77,0	73,0	-4,0	6,3	6,3	0,0

Continua

Fonte: Munic 2015/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

*Não soube informar

Tabela 2 (Continuação)

Participação de estatutários e comissionados no quadro da administração direta (%) - 2015/2017

Município	Estatutários		Variação (em pp)	Comissionados		Variação (em pp)
	2015	2017		2015	2017	
Jaguaré	31,8	39,8	8,0	14,6	11,7	-2,9
Jerônimo Monteiro	66,7	67,7	1,0	7,4	8,8	1,4
João Neiva	31,2	28,1	-3,1	13,1	13,8	0,7
Laranja da Terra	41,7	54,3	12,7	23,0	24,4	1,4
Linhares	73,0	73,9	0,9	8,5	4,1	-4,4
Mantenópolis	35,7	36,3	0,7	3,9	5,7	1,8
Marataízes	77,4	66,9	-10,5	9,2	7,7	-1,4
Marechal Floriano	43,2	43,2	0,0	12,3	18,6	6,3
Marilândia	12,7	71,5	58,8	15,5	15,4	-0,1
Mimoso do Sul	57,7	55,2	-2,6	9,3	8,7	-0,6
Montanha	31,6	67,4	35,7	15,0	15,9	0,9
Mucurici	48,5	54,8	6,3	36,1	40,3	4,2
Muniz Freire	69,1	94,1	24,9	8,3	5,7	-2,6
Muqui	0,0	0,0	0,0	6,5	6,3	-0,2
Nova Venécia	40,2	48,1	7,9	8,5	9,0	0,5
Pancas	78,7	73,0	-5,7	4,5	7,8	3,4
Pedro Canário	54,6	51,5	-3,1	6,0	5,6	-0,4
Pinheiros	0,3	0,4	0,1	8,1	5,1	-3,0
Piúma	61,5	64,1	2,6	20,4	16,8	-3,6
Ponto Belo	73,8	76,6	2,9	9,9	11,7	1,8
Presidente Kennedy	42,3	38,2	-4,1	10,0	9,7	-0,3
Rio Bananal	51,6	68,2	16,6	2,9	3,7	0,8
Rio Novo do Sul	76,3	74,3	-2,0	2,2	2,7	0,5
Santa Leopoldina	80,4	84,4	4,1	8,8	8,2	-0,5
Santa Maria de Jetibá	53,9	72,3	18,3	6,01	6,2	0,2
Santa Teresa	42,2	43,8	1,6	2,8	12,8	-0,1
São Domingos do Norte	36,7	88,9	52,2	5,8	6,6	0,8
São Gabriel da Palha	50,0	64,7	14,8	7,1	3,4	-3,7
São José do Calçado	63,3	57,1	-6,2	9,6	7,5	-2,1
São Mateus	61,3	71,5	10,2	5,5	7,5	2,0
São Roque do Canaã	40,5	73,4	32,9	19,7	23,2	3,5
Serra	59,9	59,4	-0,5	6,1	6,2	0,1
Sooretama	66,2	61,4	-4,8	9,8	13,2	3,4
Vargem Alta	59,7	60,7	1,1	5,3	6,5	1,1
Venda Nova do Imigrante	44,1	79,8	35,7	2,7	3,9	1,2
Viana	43,6	42,7	-0,9	17,2	14,1	-3,2
Vila Pavão	87,5	89,2	1,7	12,5	10,0	-2,5
Vila Valério	59,4	57,2	-2,2	8,1	8,8	0,7
Vila Velha	59,5	75,7	16,2	8,2	11,3	3,2
Vitória	69,7	69,5	-0,2	4,7	5,0	0,3

Fonte: Munic 2015/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Nos quatro mapas a seguir é possível analisar comparativamente os municípios do ES quanto à composição do quadro de pessoal da administração direta por cada tipo de vínculo separadamente, respectivamente estatutários, celetistas (servidores em regime CLT), comissionados e servidores sem vínculo permanente. Para cada tipo de vínculo, a lógica dos mapas é a mesma: quanto mais escura a cor dos municípios maior é a participação de determinado tipo de vínculo no seu quadro de pessoal da administração direta.

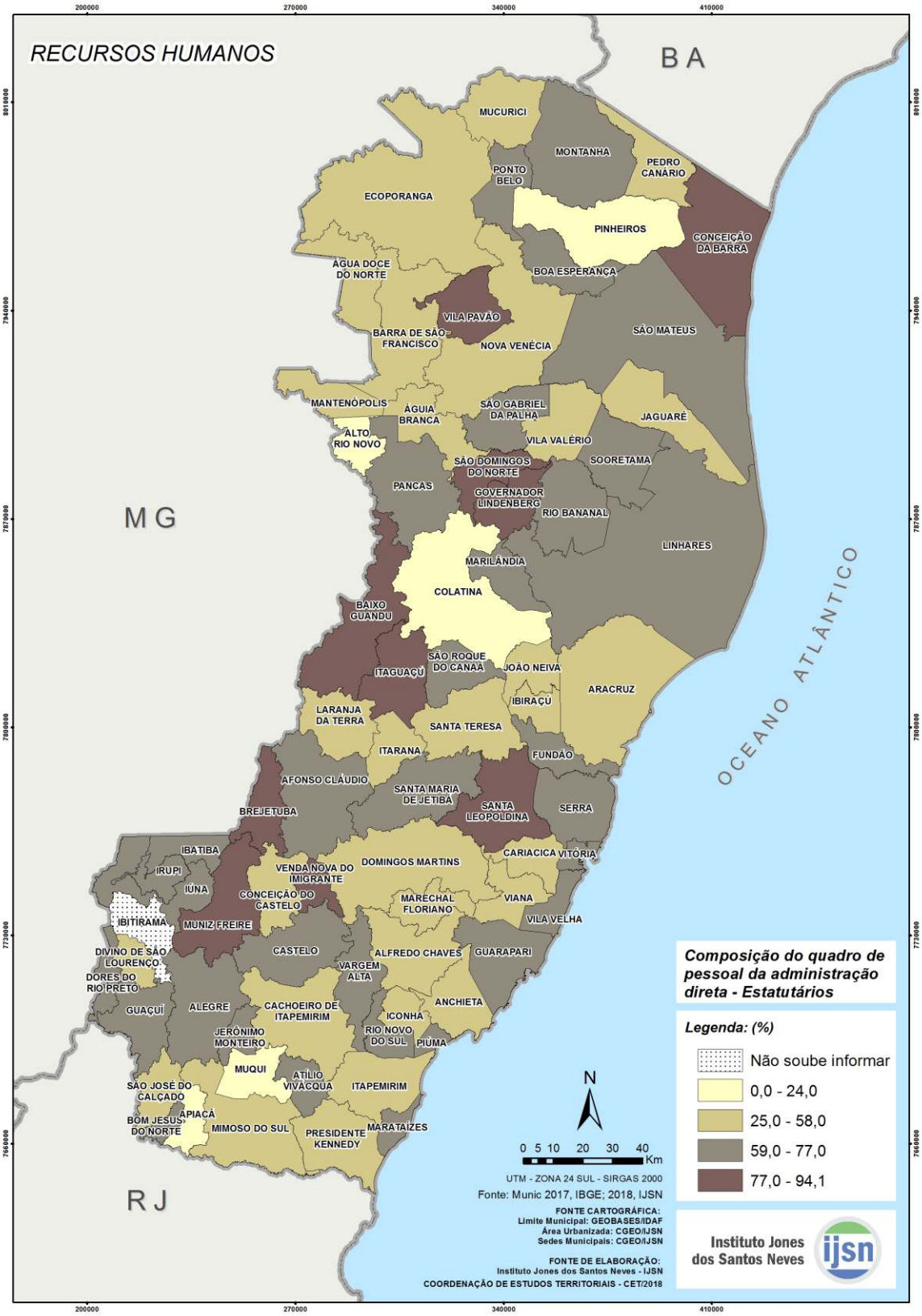
No Mapa 1, observa-se que a maior parte dos municípios do ES encontram-se nas duas faixas intermediárias de participação de estatutários (25,0% - 58,0% e 59,0% - 77,0%), incluindo os municípios da RMGV. Os municípios com alta participação de estatutários no seu quadro de pessoal da administração direta (78,0% - 94,0%) são dez, a saber: Santa Leopoldina, Venda Nova do Imigrante, Muniz Freire, Brejetuba, Baixo Guandu, Itaguaçu, Governador Lindenberg, São Domingos do Norte, Vila Pavão e Conceição da Barra. Já os municípios com baixa participação de estatutários são cinco: Alto Rio Novo, Apiacá, Colatina, Muqui e Pinheiros.

Observa-se no Mapa 2 que, em geral, a participação de celetistas é baixa na maior parte dos municípios capixabas (faixas de 0,0% - 4,0% e 5,0% - 17,0%). São apenas quatro os municípios com alta participação de servidores no regime CLT (44,0% - 72,9%): Alto Rio Novo, Apiacá, Muqui e Pinheiros, ou seja, quatro dos cinco municípios acima citados com baixa participação de estatutários.

No Mapa 3, observa-se que a maioria dos municípios do ES encontram-se nas duas faixas com menor participação de comissionados, incluindo a capital, Vitória (faixas de 0,0% - 5,7% e 5,8% - 10,4%). Os municípios de Fundão, Laranja da Terra, São Roque do Canaã e Mucurici destacam-se com a maior participação de comissionados do estado (19,2%-40,3%). Também no que se refere aos servidores sem vínculo permanente (Mapa 4), a maior parte dos municípios do estado encontram-se nas duas menores faixas de participação (0,0% - 7,4% e 7,5% - 24,0%). Os municípios com alta participação de servidores sem vínculo permanente (41,0% - 57,9%) são: Domingos Martins, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição do Castelo, Itapemirim, João Neiva, Mantenópolis e Presidente Kennedy. Comparando os mapas relativos aos comissionados e aos sem vínculo permanente, observa-se que o segundo grupo, em geral, tem maior participação no quadro de pessoal da administração direta dos municípios capixabas que o primeiro (Mapas 3 e 4).

Mapa 01

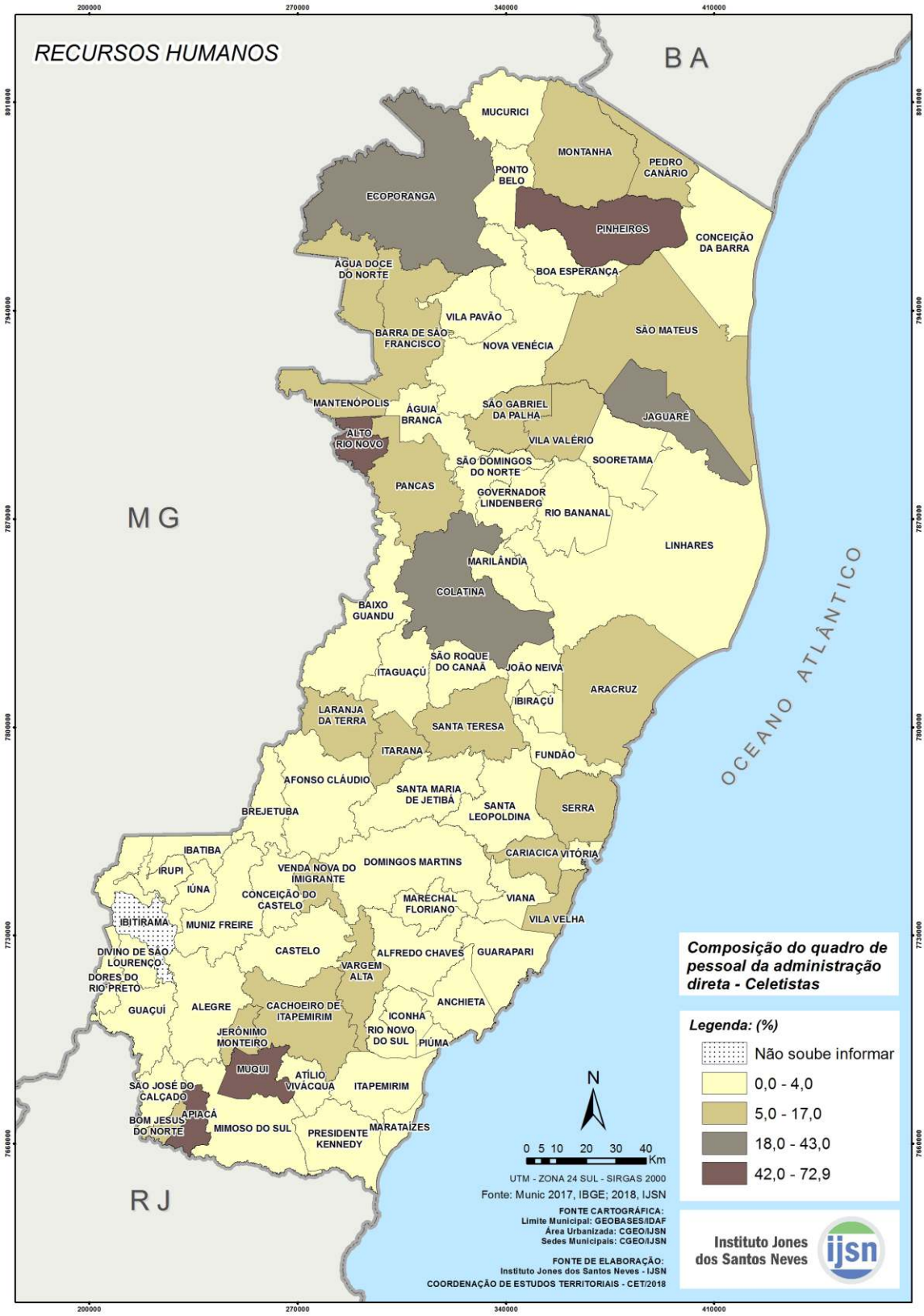
Participação de estatutários no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 02

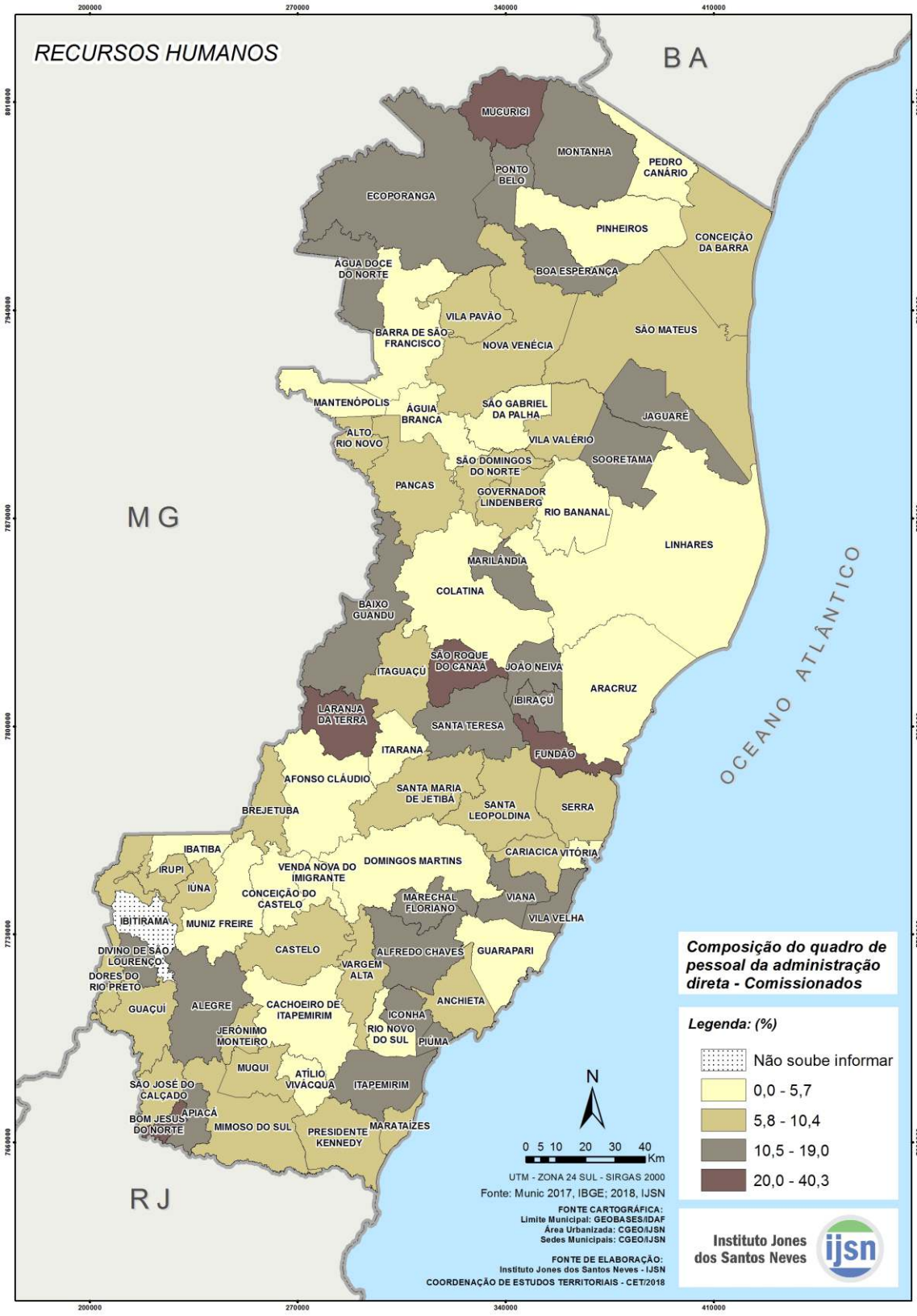
Participação de celetistas no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 03

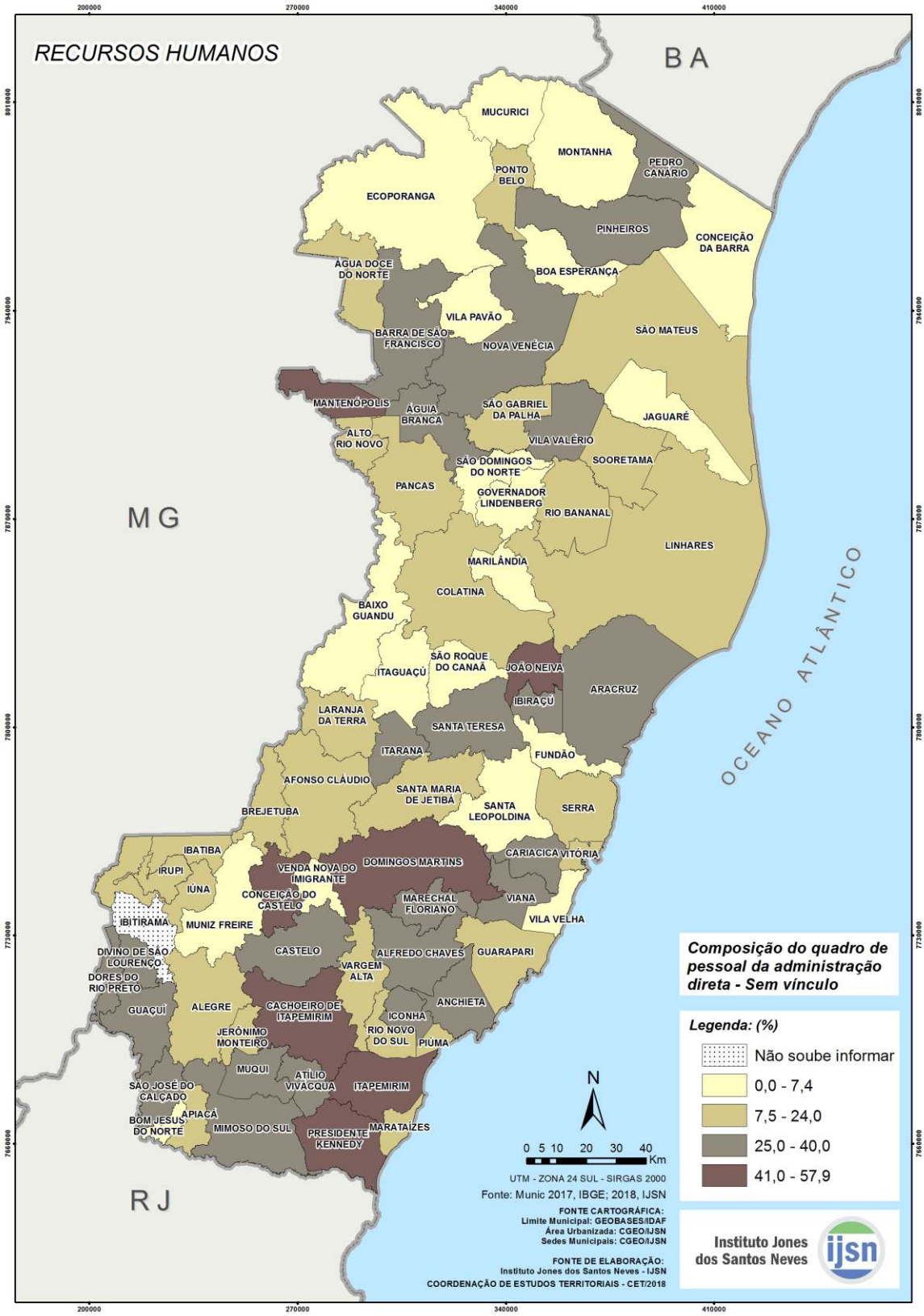
Participação de comissionados no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 04

Participação de servidores sem vínculo permanente no quadro de pessoal da administração direta (%) - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

2 - Habitação

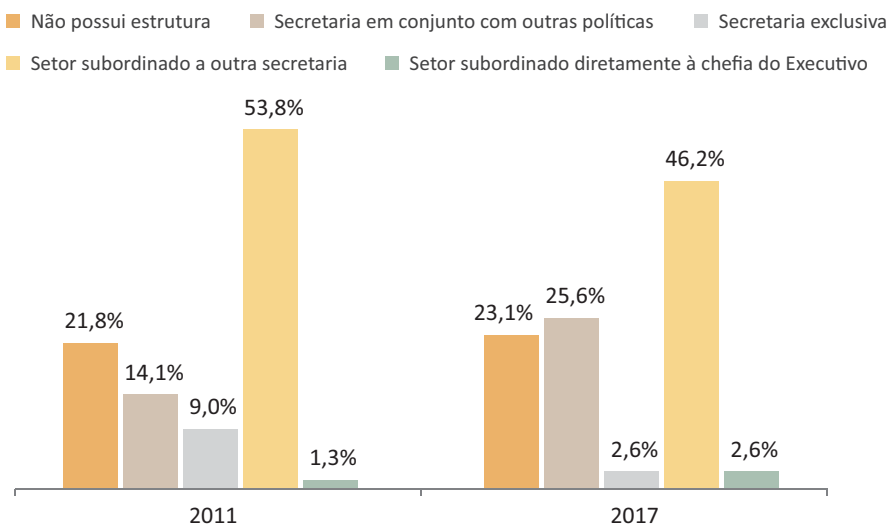
Esta seção tem como objetivo mostrar se os municípios do estado estão minimamente estruturados para fazer política habitacional no âmbito do Poder Público Municipal. As informações disponibilizadas pela Munic 2017 e analisadas nesta seção são: caracterização do Órgão Gestor; existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Habitação; de Cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais; de Programas ou Ações na área de habitação; e de favelas, cortiços e loteamentos irregulares. Para algumas destas informações foi possível analisar comparativamente em relação aos dados da Munic 2011, última a contemplar o tema Habitação.

O direito à moradia é um direito reconhecido pela Constituição Federal. A ausência ou ineficácia de políticas habitacionais por parte do Poder Público se reflete em territórios cada vez mais segregados e excludentes. Segundo a Política Nacional de Habitação (PNH), para aderir ao Sistema Nacional de Habitação e atuar de modo correspondente às realidades regionais ou locais, os Estados, Distrito Federal e Municípios precisam contar com uma estrutura institucional básica capacitada a intervir na área da habitação, composta por uma instância de administração direta ou órgão a ela ligado, um Conselho e um Fundo. De acordo com a Lei n° 11.124/2005, que institui o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação (SNHIS/FNHIS), "recai sobre os entes federados a responsabilidade de se estruturarem institucionalmente através da adesão ao SNHIS e consequente elaboração de seus Planos Habitacionais, capacitando-se para o enfrentamento dos problemas habitacionais e utilizando os recursos do Fundo" (ESPÍRITO SANTO, 2018)[2].

[2]Disponível em: <www.sedurb.es.gov.br/plano-estadual-de-habitacao-2>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

Entre 2011 e 2017, o percentual de municípios capixabas com secretaria exclusiva de habitação, que já era baixo, sofreu uma queda significativa, passando de 9,0% para 2,6% (Gráfico 1). Por outro lado, o percentual de municípios sem qualquer estrutura de órgão gestor na área de habitação aumentou de 21,8% para 23,1% no mesmo período. Em 2017, assim como ocorreu em 2011, a maior parte dos municípios do ES dispõem de um setor subordinado à outra secretaria para gestão habitacional (46,2%). Secretaria em conjunto com outras políticas e setor subordinado diretamente à chefia do Executivo representam, respectivamente, 25,6% e 2,6% em 2017, sendo que no primeiro caso houve um aumento mais expressivo em relação à 2011.

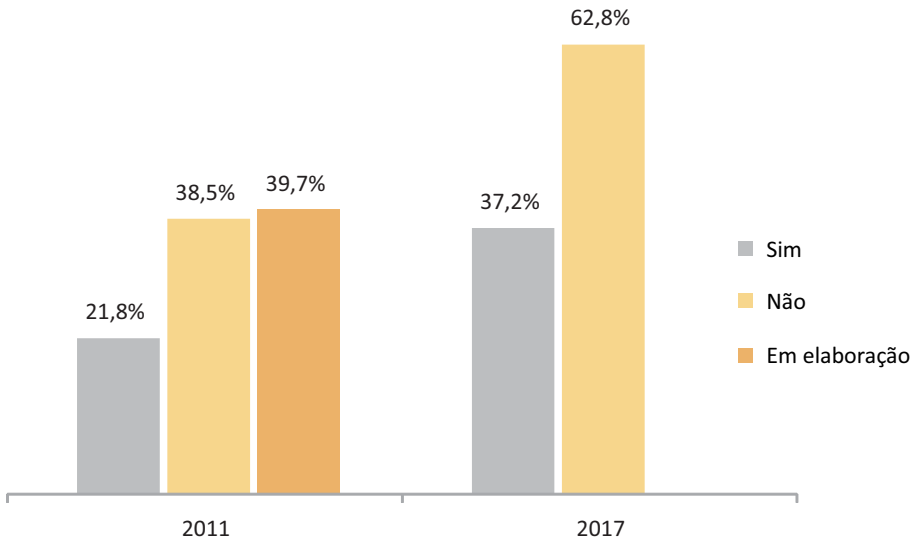
Gráfico 01
Caracterização do órgão gestor de habitação (%) – 2011/2017



Fonte: Munic 2011/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

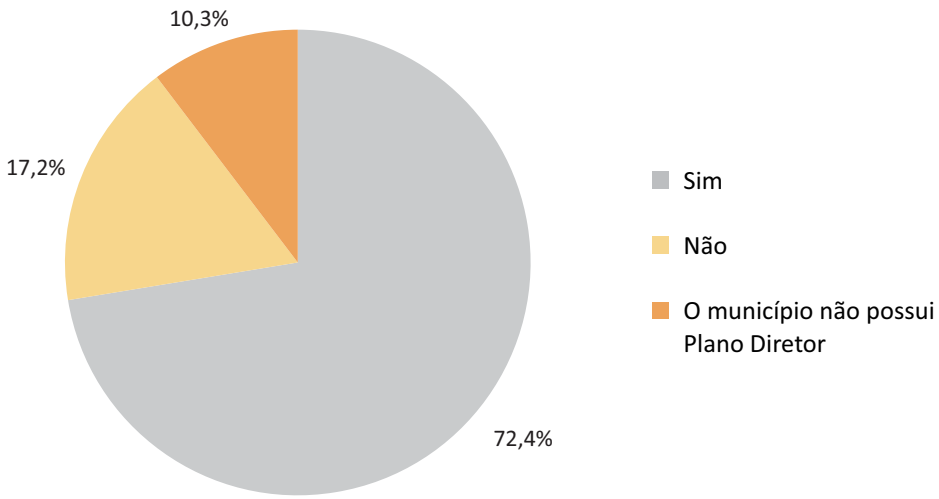
Em 2011, 21,8% dos municípios do ES possuíam Plano Municipal de Habitação, 38,5% não possuíam e 39,7% estavam em processo de elaboração do Plano (Gráfico 2). Em 2017, a pesquisa, que não trouxe a categoria "Plano em elaboração", aponta que 37,8% ou vinte e nove municípios dispõem de Plano Municipal de Habitação e 62,8% não (Gráfico 2). Desta forma, tendo em vista o aumento percentual de municípios com Plano Municipal de Habitação, conclui-se que alguns municípios finalizaram o processo de elaboração do Plano no período, mas a maior parte não o fez. Em 72,4% dos vinte e nove municípios o Plano Municipal de Habitação é articulado ao Plano Diretor (Gráfico 3). O Plano não é articulado ao PDM em 17,2% dos municípios. Municípios que não possuem Plano Diretor representam 10,3%, segundo a pesquisa.

Gráfico 02
Existência de Plano Municipal de Habitação (%) – 2011/2017



Fonte: Munic 2011/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.
* A categoria "em elaboração" não foi contemplada na Munic 2017.

Gráfico 03
O Plano Municipal de Habitação é articulado ao Plano Diretor (%) – 2017

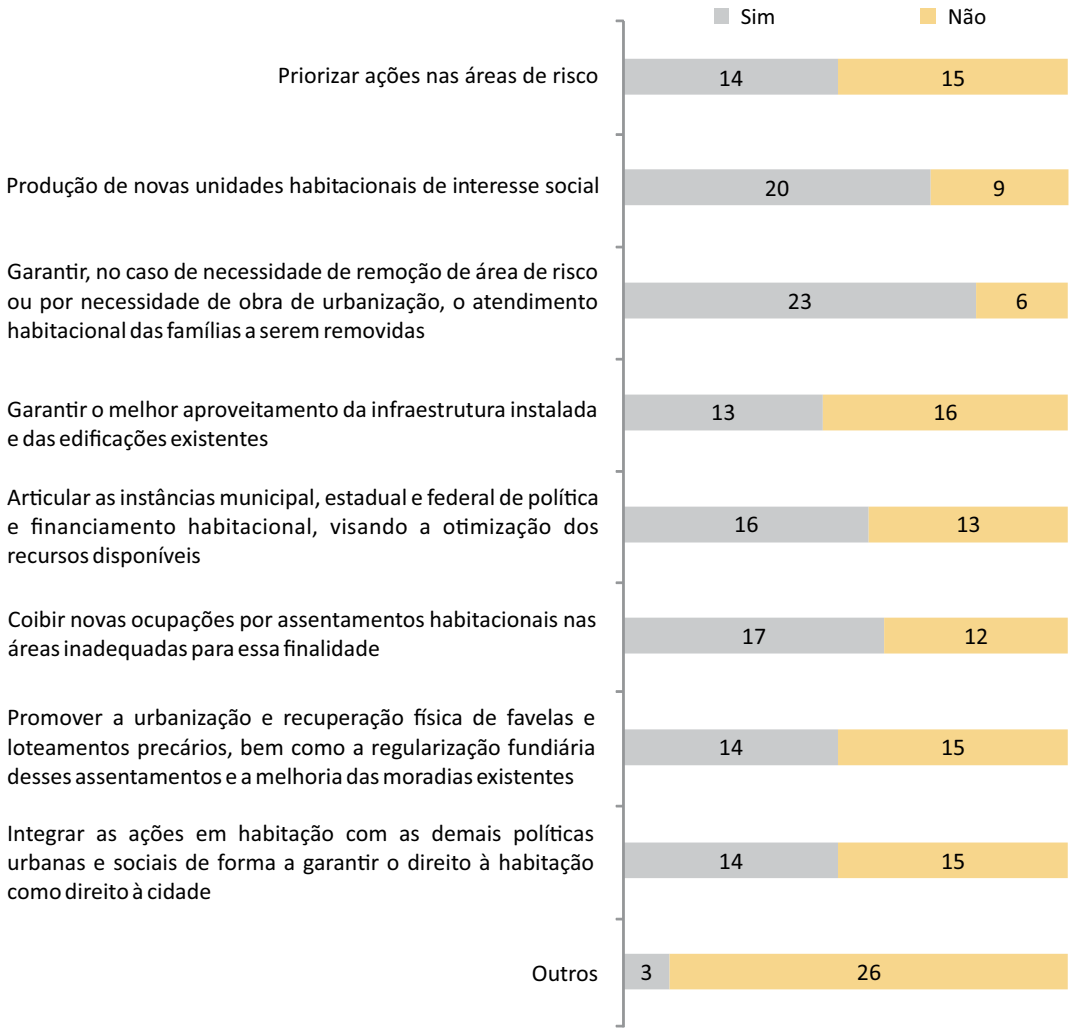


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O gráfico a seguir apresenta, em números absolutos, os aspectos considerados no Plano Municipal de Habitação dos vinte e nove municípios capixabas que o possuem, com destaque para: "Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas", aspecto que integra o Plano de vinte e três municípios; e "Produção de novas unidades habitacionais de interesse

social", que integra o Plano de vinte municípios (Gráfico 4). Cabe destacar, ainda, que um aspecto tão importante e fundamental quanto "Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade" está presente no Plano Municipal de Habitação de apenas quatorze municípios.

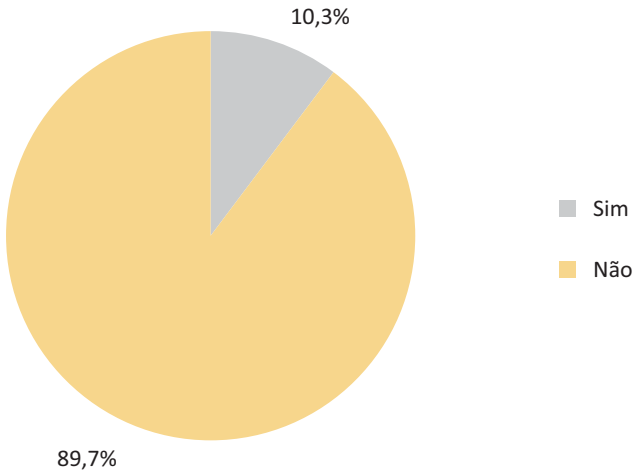
Gráfico 04
Aspectos do Plano Municipal de Habitação (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Sobre a realização de Conferência Municipal de Habitação nos últimos quatro anos, apenas 10,3% dos municípios do estado do ES responderam positivamente, conforme pode ser observado no gráfico a seguir (Gráfico 5).

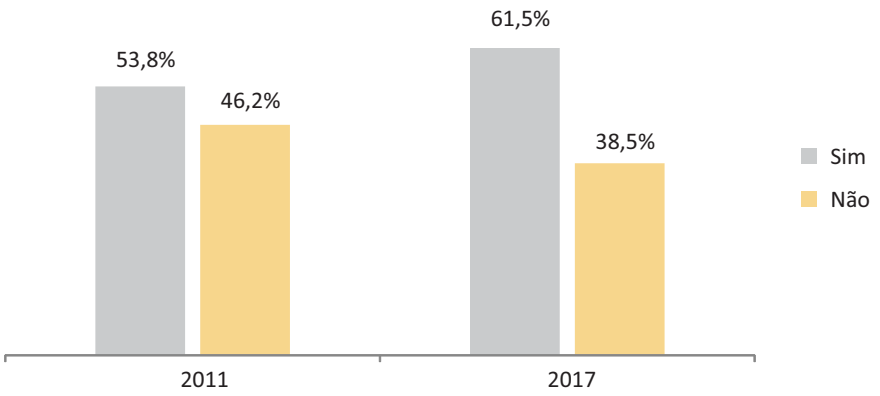
Gráfico 05
O município realizou alguma Conferência Municipal de Habitação nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

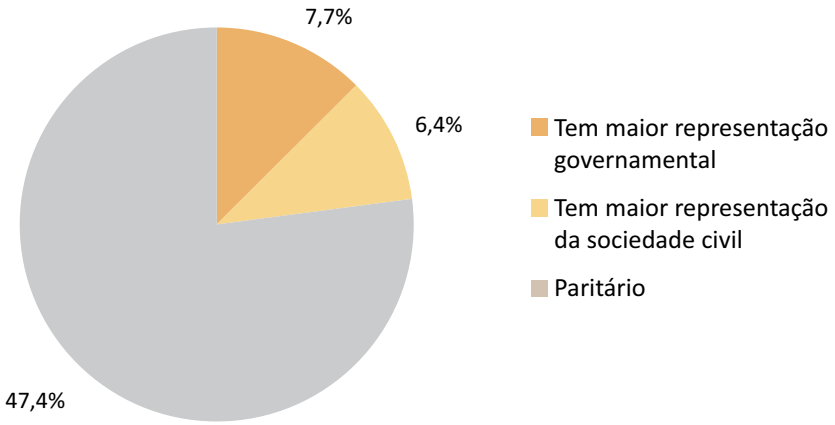
No período entre 2011 e 2017 houve aumento no percentual de municípios que informaram ter Conselho Municipal de Habitação, que passou de 53,8% para 61,5%, o que corresponde a quarenta e oito municípios (Gráfico 6). Sobre a formação destes Conselhos, 47,4% são paritários, 7,7% têm maior representação governamental e 6,4% têm maior representação da sociedade civil (Gráfico 7). Dos quarenta e oito Conselhos Municipais de Habitação existentes no ES, dezessete são consultivos, quarenta e cinco deliberativos, quatorze normativos e dezoito fiscalizadores (Gráfico 8). Nota-se que um Conselho pode ter mais de um caráter ao mesmo tempo. Neste caso, quase todos os Conselhos existentes no estado têm caráter deliberativo.

Gráfico 06
Existência de Conselho Municipal de Habitação (%) – 2011/2017



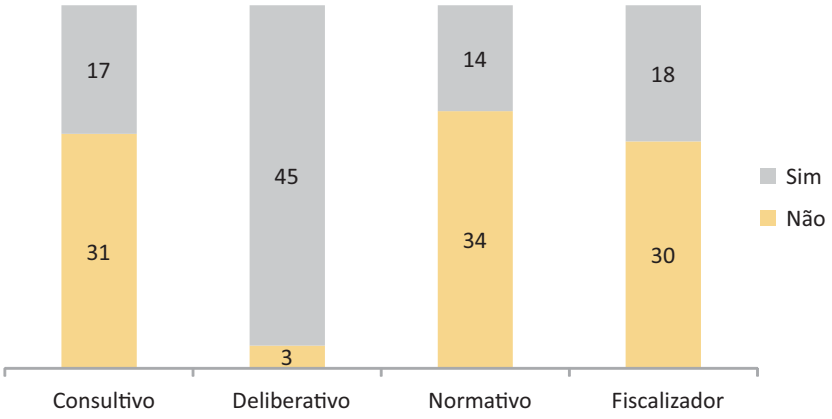
Fonte: Munic 2011/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 07
Formação do Conselho Municipal de Habitação (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

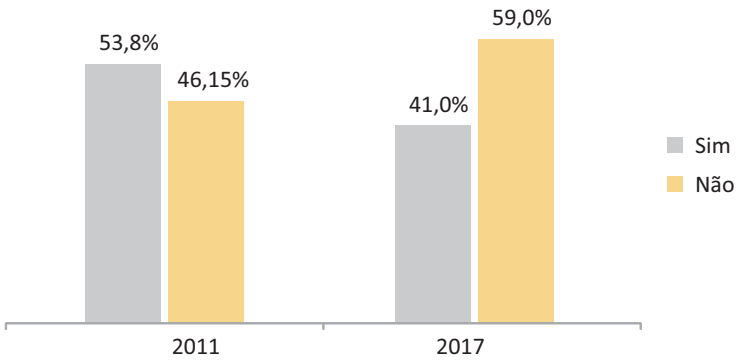
Gráfico 08
Caráter do Conselho Municipal de Habitação (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

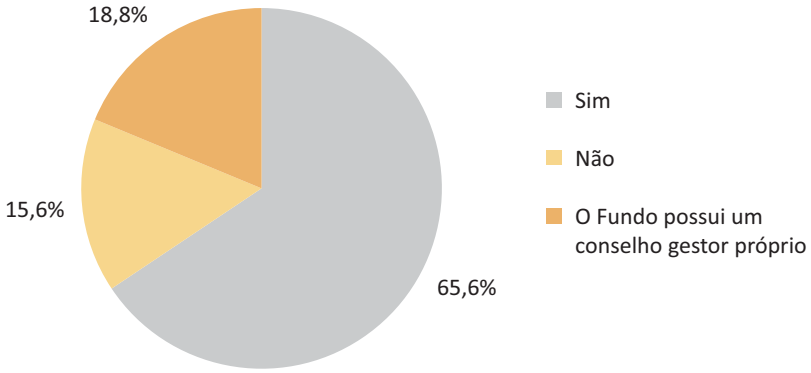
No período 2011/2017, o percentual de municípios capixabas que informaram ter Fundo Municipal de Habitação passou de 53,8% para 41,0%, totalizando trinta e dois municípios (Gráfico 6). Em 65,6% dos casos o conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação (Gráfico 10). O Fundo possui um conselho gestor próprio em 18,8% dos casos. Em 62,5% dos trinta e dois municípios o Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais (Gráfico 11).

Gráfico 09
Existência de Fundo Municipal de Habitação (%) – 2011/2017



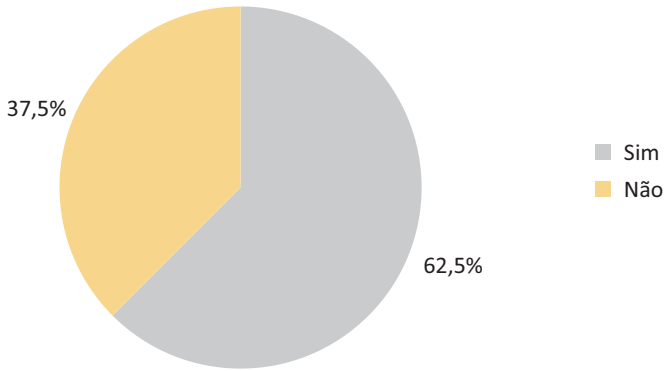
Fonte: Munic 2011/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 10
O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 11
O Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais (%) – 2017

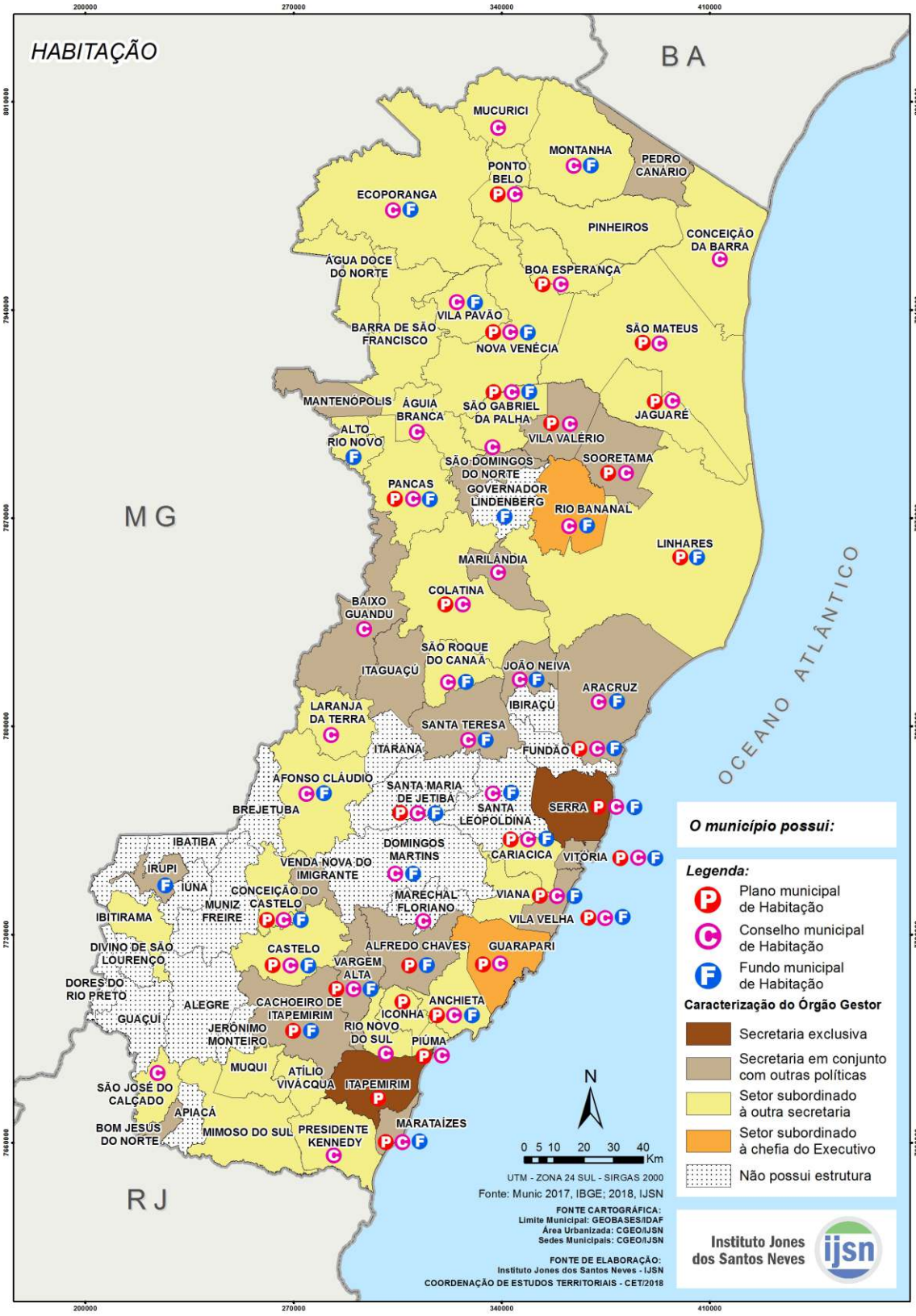


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O mapa a seguir, apresenta de forma espacializada as informações sobre a existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Habitação nos municípios do ES, bem como a caracterização do Órgão Gestor de Habitação, o que permite analisar a situação de cada município individualmente quanto à existência, concomitante, deste conjunto de instrumentos (Mapa 5). Como já mencionado, trata-se de uma estrutura mínima necessária no planejamento e gestão da área de habitação no âmbito do Poder Público Municipal.

Mapa 05

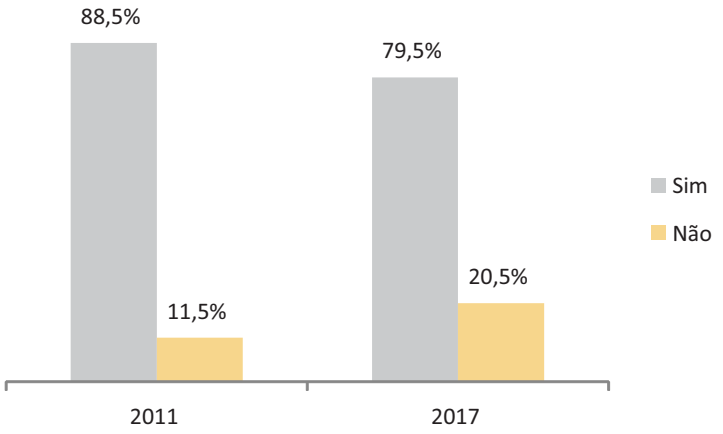
Existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Habitação no município e caracterização do Órgão Gestor - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

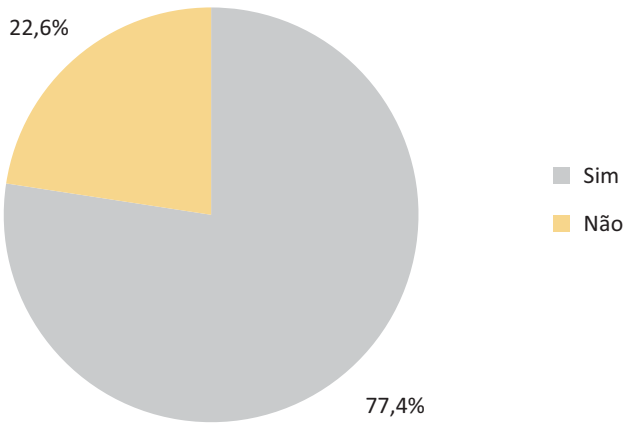
No que se refere à existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais em 2017, 79,5% dos municípios responderam positivamente, percentual inferior ao de 2011 (Gráfico 12). Na maior parte dos casos (77,4%), o cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias (Gráfico 13).

Gráfico 12
Existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais (%) – 2011/2017



Fonte: Munic 2011/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

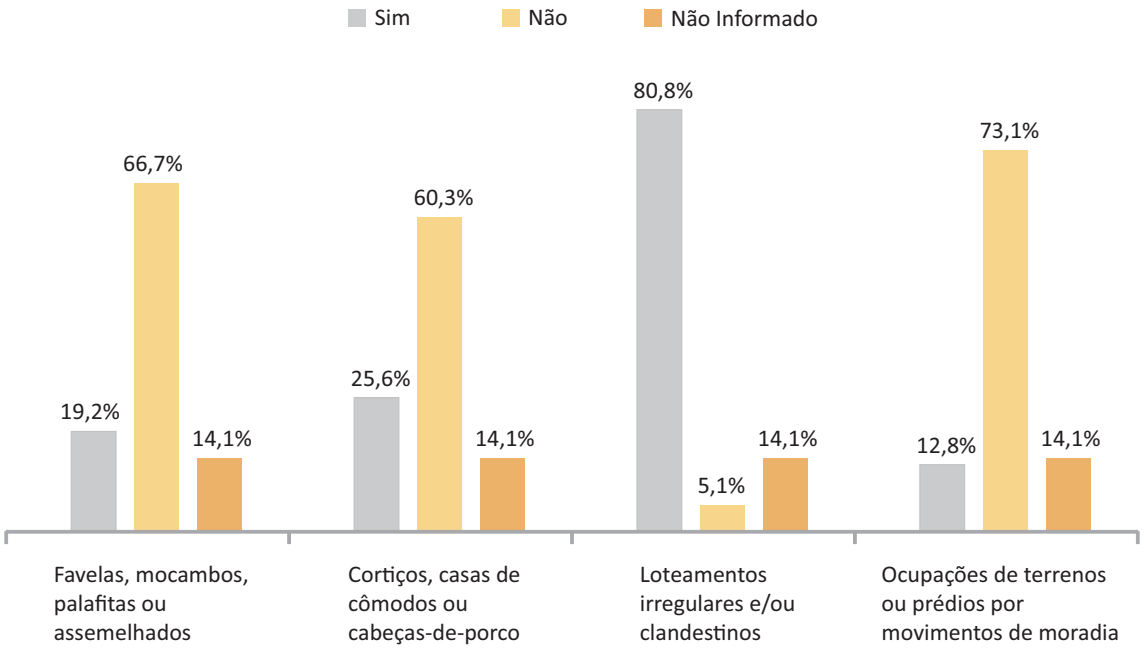
Gráfico 13
O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Segundo a pesquisa, em 80,8% dos municípios do ES existem loteamentos irregulares e/ou clandestinos; em 25,6% cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco; em 19,2% favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; e em 12,8% ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia (Gráfico 14). Observando estas informações espacializadas no mapa 6, cabe questionar a confiabilidade de alguns dados, considerando que a pesquisa aponta, por exemplo, a ausência de ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia em Vitória, onde este tipo de ocupação, principalmente em edificações desocupadas no centro da cidade, ocorre com maior destaque no ES.

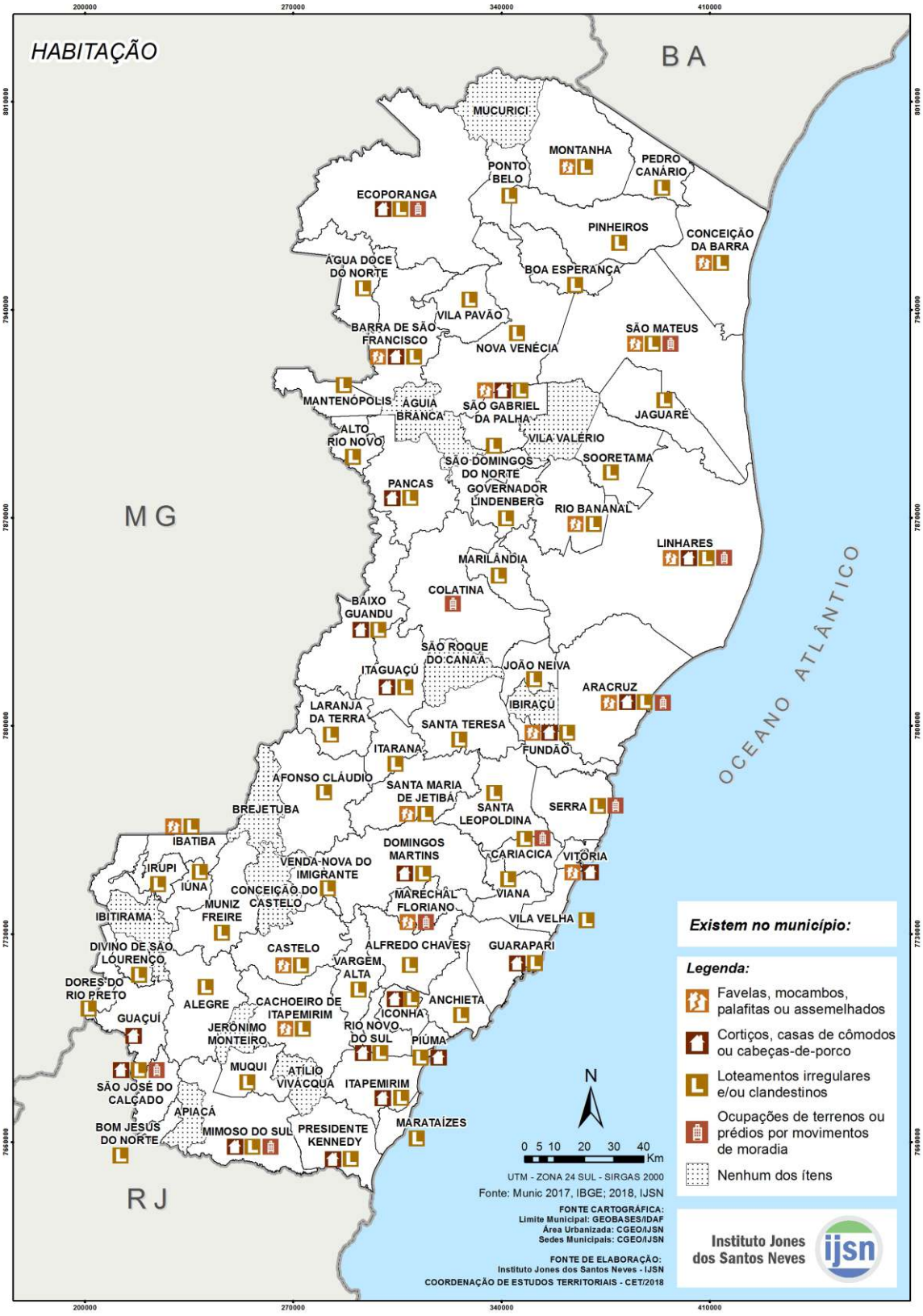
Gráfico 14
Ocupações existentes no município (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 06

Ocupações existentes no município - 2017

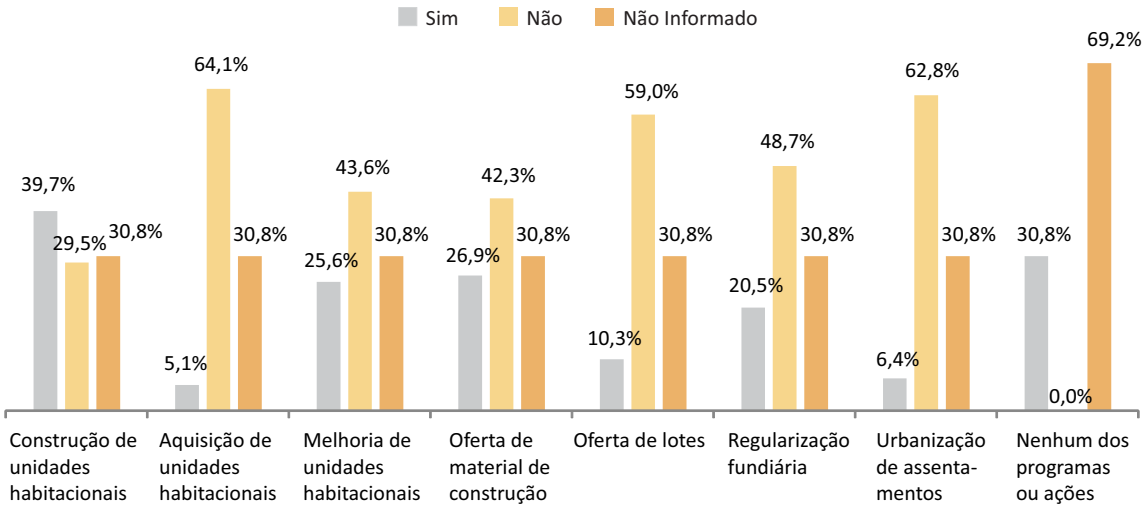


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O gráfico a seguir apresenta os programas ou ações realizadas pelas prefeituras no ano de 2015 e/ou 2016. O programa/ação de construção de unidades habitacionais é o mais frequente entre os municípios do ES – 39,7%, seguido dos programas/ações de oferta de material de construção – 26,9%, de melhoria de unidades habitacionais – 25,6% e de regularização fundiária – 20,5% (Gráfico 15). A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social em 93,6% dos municípios (Gráfico 16). Estas informações estão espacializadas no mapa 7. Observa-se que Vitória e Jaguaré são os municípios capixabas com maior número de programas ou ações realizadas pela prefeitura no ano de 2015 e/ou 2016, com cinco. Além disso, ambos dispõem de programas que concedem o benefício do aluguel social.

Gráfico 15

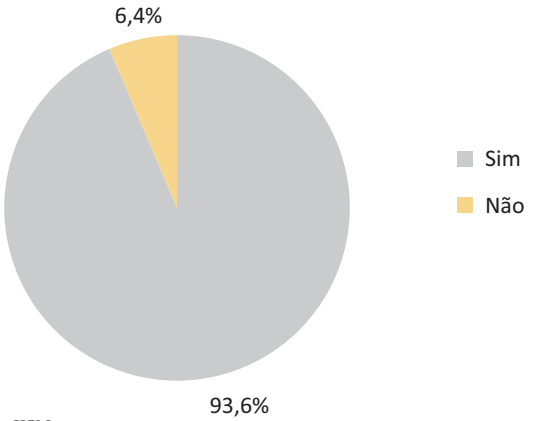
Programas ou ações realizadas pela prefeitura no ano de 2015 e/ou 2016 (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 16

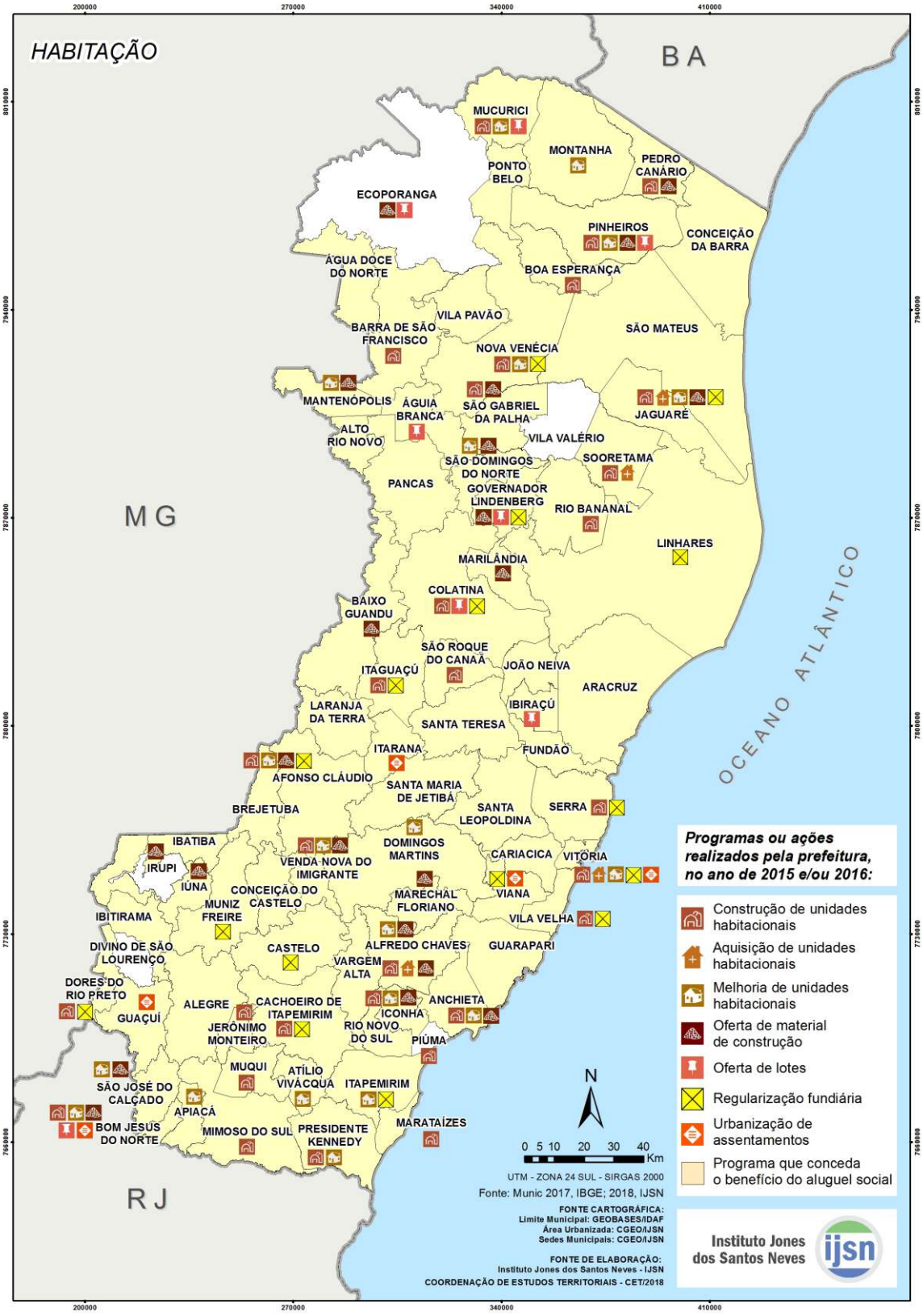
Existência, na prefeitura, de algum programa que conceda o benefício do aluguel social (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 07

Programas ou ações realizadas pela prefeitura no ano de 2015 e/ou 2016 - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

3 - Transporte

Esta seção abordará diversas informações referentes à área de transporte como caracterização do Órgão Gestor; existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Transporte; e serviços de transporte existentes no município. Para algumas destas informações, foi possível analisar comparativamente em relação aos dados da Munic 2012, última a trazer o tema Transporte.

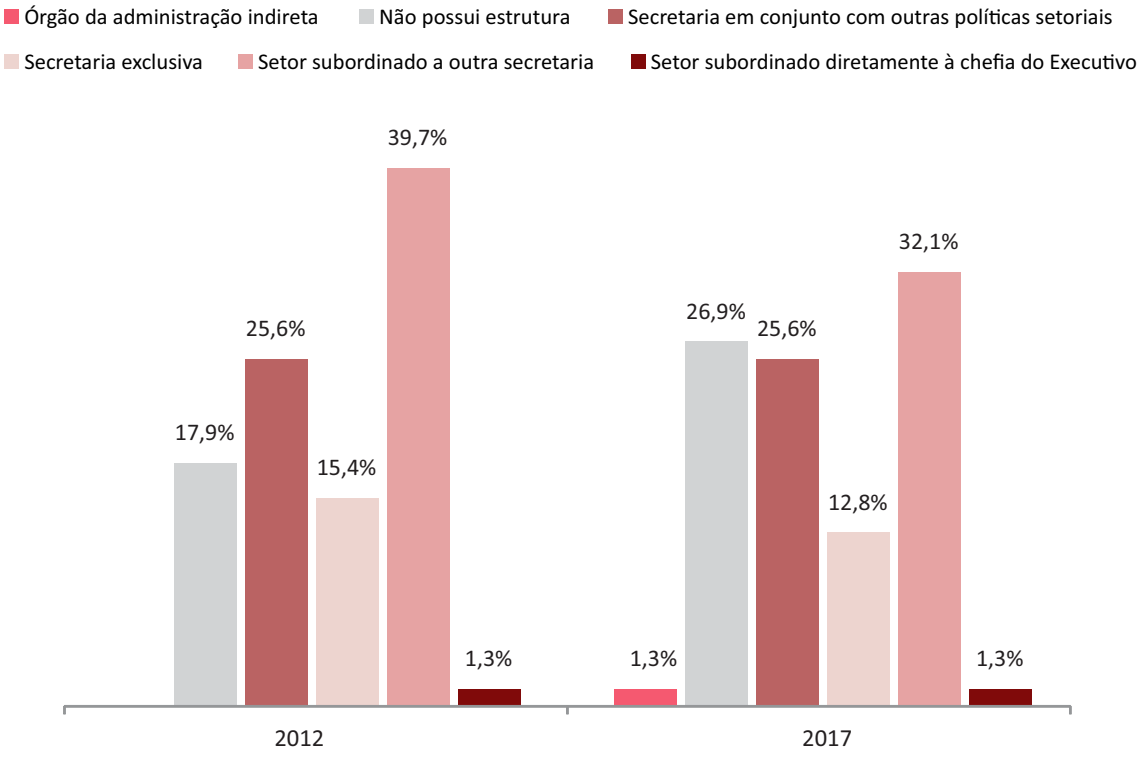


Garantir o pleno direito à cidade é garantir também um transporte acessível e digno a todos cidadãos. No entanto, o que se tem visto no Brasil nos últimos anos é uma grande lacuna no que diz respeito a políticas públicas para transporte de massa e mobilidade urbana, principalmente as que trazem uma visão integrada da questão. A mobilidade urbana tem estado no cerne do debate nos últimos anos, contudo, frequentemente continua a ser tratada pelo Poder Público como sendo apenas infraestrutura viária. Há de se repensar os modelos e padrões vigentes de mobilidade nas cidades brasileiras.

A Lei nº 12.587/2012, que instituiu as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), estabelece que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar o Plano de Mobilidade Urbana em até três anos a partir da vigência da lei, de forma integrada ao Plano Diretor. Recentemente, a Lei nº 13.683/2018, que altera a Lei nº 12.587/2012, estendeu este prazo, estabelecendo sete anos a partir da entrada em vigor da PNMU, ou seja, até 2019. Os municípios que descumprirem o prazo ficarão impedidos de receber recursos federais destinados à mobilidade urbana até que seja elaborado o Plano.

Entre 2012 e 2017, o percentual de municípios capixabas com secretaria exclusiva de transporte, teve uma queda de 2,6 p.p. (Gráfico 17). Por outro lado, o percentual de municípios sem qualquer estrutura de órgão gestor na área de transporte aumentou de 17,9% para 26,9% no mesmo período. Em 2017, assim como ocorreu em 2012, a maior parte dos municípios do ES dispõem de um setor subordinado à outra secretaria (32,1%).

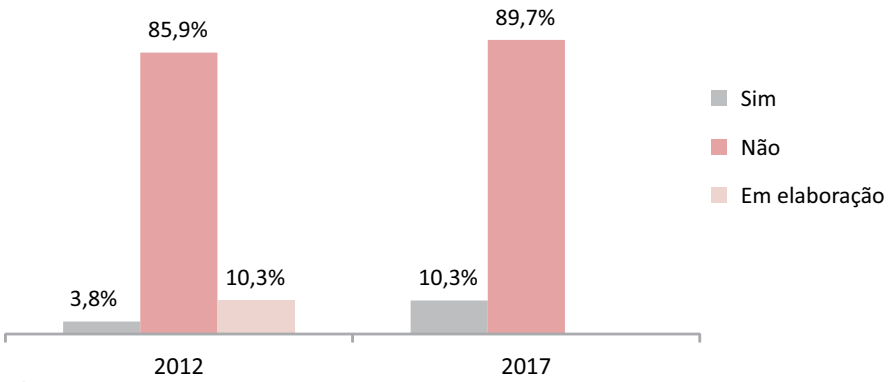
Gráfico 17
Caracterização do órgão gestor de transporte (%) – 2012/2017



Fonte: Munic 2012/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Em 2012, 3,8% dos municípios do ES possuíam Plano Municipal de Transporte, 85,9% não possuíam e 10,3% estavam em processo de elaboração do Plano (Gráfico 18). Em 2017, a pesquisa, que não trouxe a questão "Plano em elaboração", aponta que 10,3% ou oito municípios dispõem de Plano Municipal de Transporte (Gráfico 18). Desta forma, conclui-se que alguns municípios conseguiram finalizar o processo de elaboração do Plano no período.

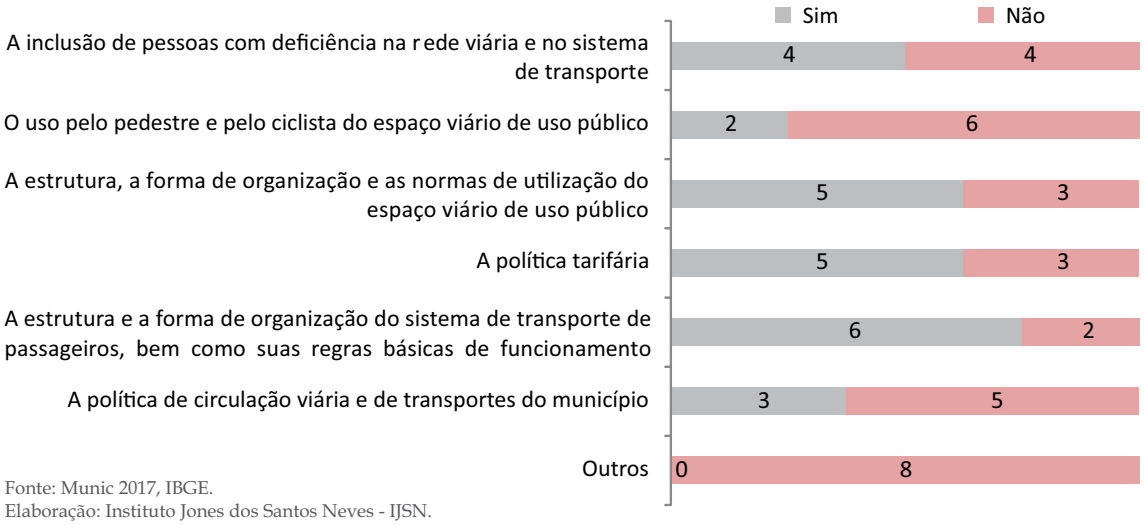
Gráfico 18
Existência de Plano Municipal de Transporte (%) – 2012/2017



Fonte: Munic 2012/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.
*A questão "em elaboração" não foi contemplada na Munic 2017.

O gráfico a seguir apresenta, em números absolutos, os aspectos considerados no Plano Municipal de Transporte dos oito municípios capixabas que o possuem, com destaque para: "A estrutura e a forma de organização do sistema de transporte de passageiros, bem como suas regras básicas de funcionamento", aspecto que integra o Plano seis municípios; "A estrutura, a forma de organização e as normas de utilização do espaço viário de uso público" e "A política tarifária", ambos integram o Plano de cinco municípios (Gráfico 19).

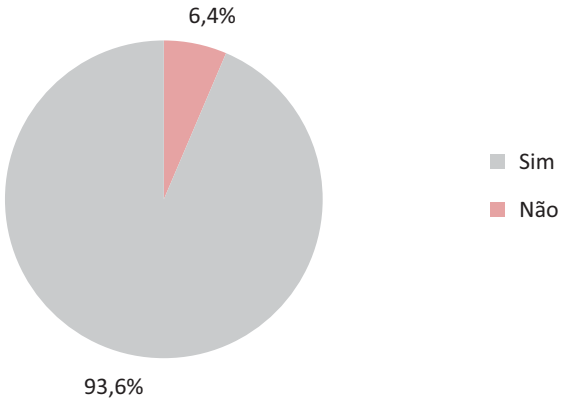
Gráfico 19
Aspectos do Plano Municipal de Transporte (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Sobre a realização de Conferência Municipal de Transporte nos últimos quatro anos, apenas 6,41% dos municípios do estado do ES responderam positivamente, conforme pode ser observado no gráfico a seguir (Gráfico 20).

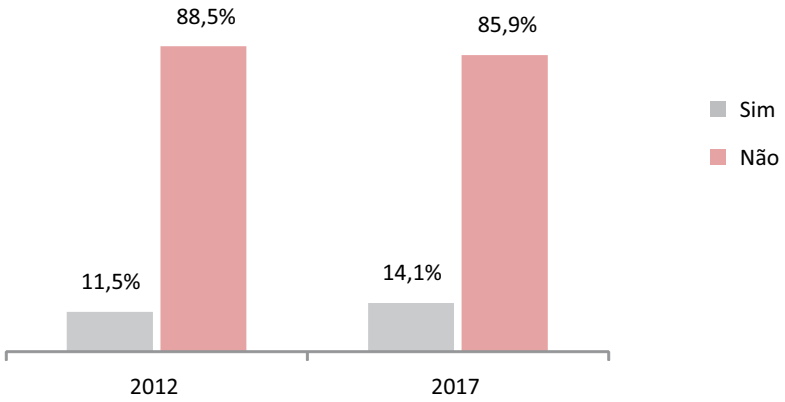
Gráfico 20
O município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

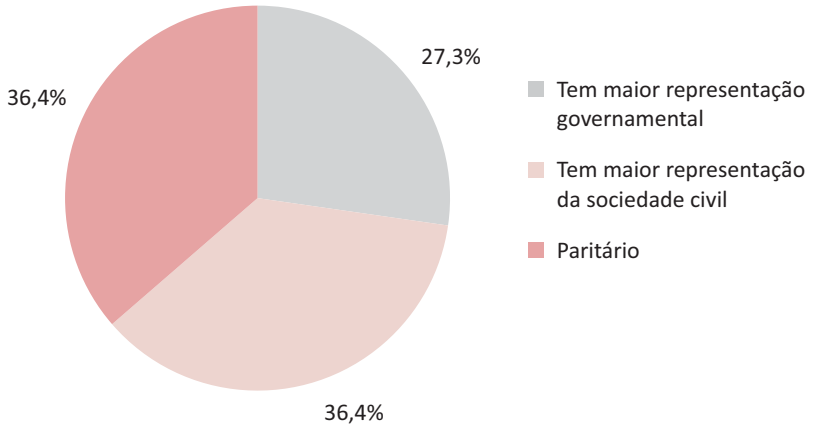
No período entre 2011 e 2017 houve um pequeno aumento no percentual de municípios que informaram ter Conselho Municipal de Transporte, que passou de 11,5% para 14,1%, o que corresponde a onze municípios (Gráfico 21). Sobre a formação destes Conselhos, 36,4% são paritários, 36,4% têm maior representação da sociedade civil e 27,3% têm maior representação governamental (Gráfico 22). Quanto ao caráter, cinco são consultivos, sete deliberativos, três normativos e cinco fiscalizadores (Gráfico 23). Ressalte-se que um Conselho pode ter mais de um caráter de forma concomitante.

Gráfico 21
Existência de Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) – 2012/2017



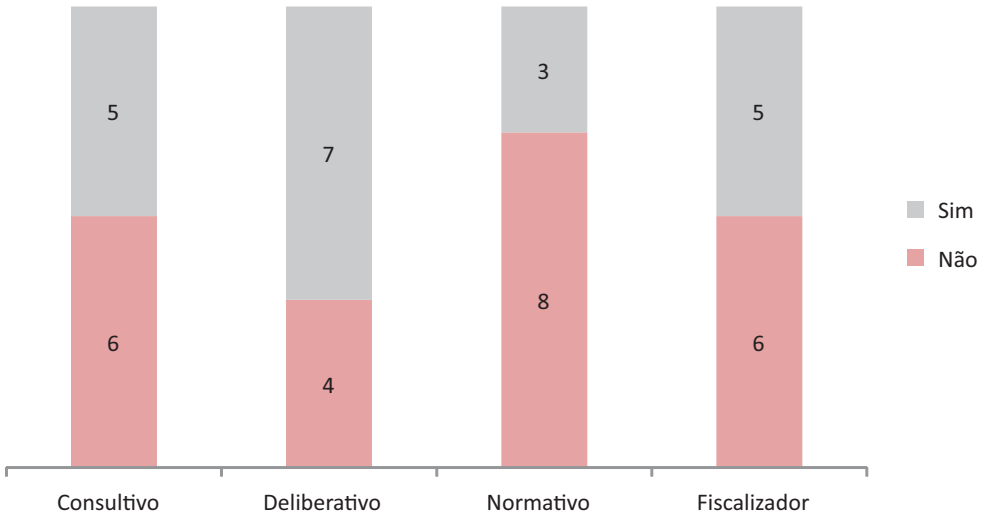
Fonte: Munic 2012/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 22
Formação do Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

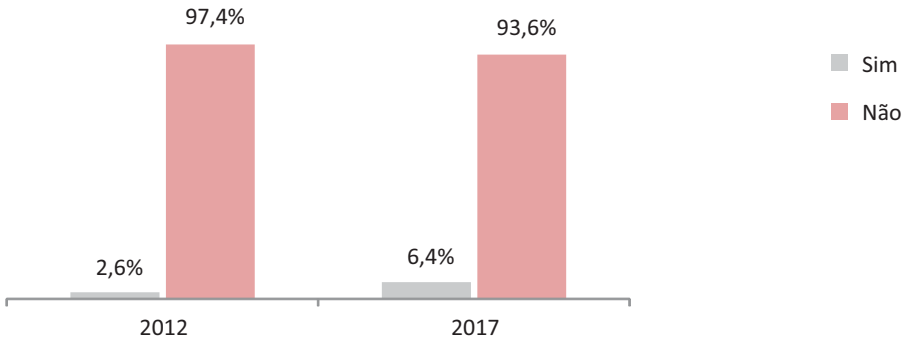
Gráfico 23
Caráter do Conselho Municipal de Transporte ou similar (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

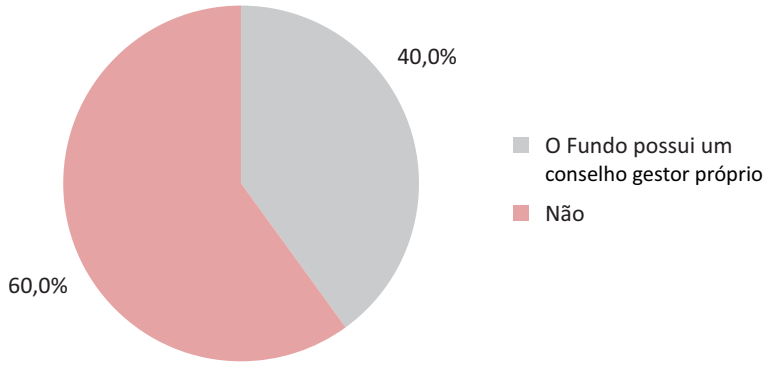
O percentual de municípios capixabas com Fundo Municipal de Transporte é irrisório, apesar do aumento verificado no período entre 2012 e 2017, passando de 2,6% para 6,4%, o que corresponde a cinco municípios (Gráfico 24). Em 40,0% dos casos (dois municípios) o conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Transporte (Gráfico 25). Também em 40,0% dos casos o Fundo tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos doze meses (Gráfico 26).

Gráfico 24
Existência de Fundo Municipal de Transporte ou similar (%) – 2012/2017



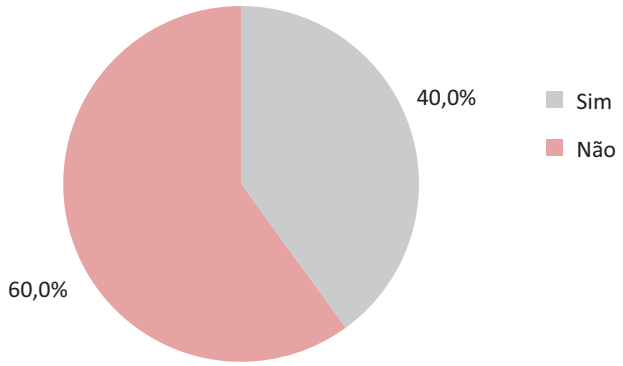
Fonte: Munic 2012/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 25
O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Transporte ou similar (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 26
O Fundo tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses (%) – 2017

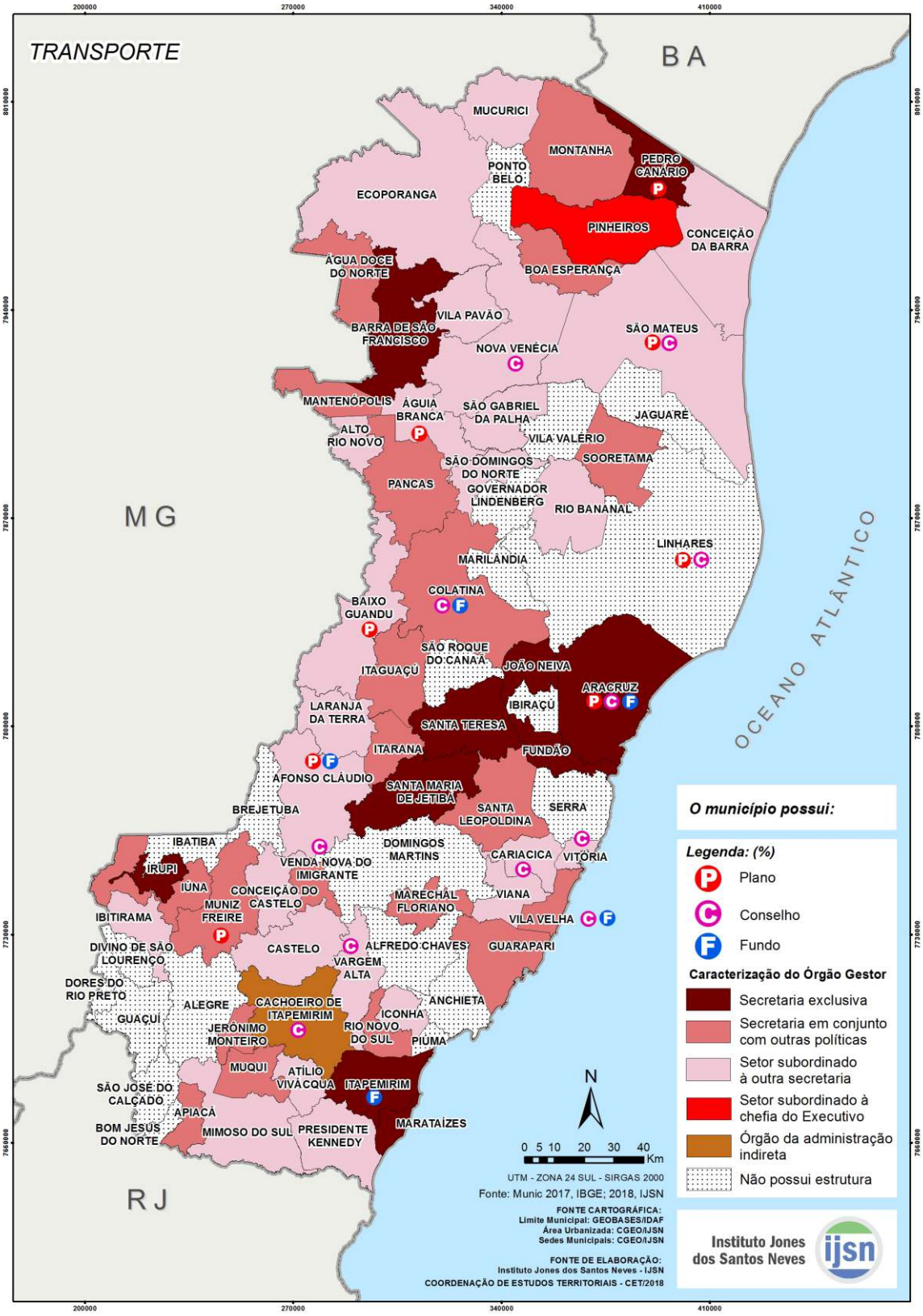


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O mapa a seguir apresenta de forma espacializada as informações sobre a existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Transporte nos municípios do ES, bem como a caracterização do Órgão Gestor de Transporte, o que permite analisar a situação de cada município individualmente quanto à existência, concomitante, deste conjunto de instrumentos. Como explicitado anteriormente, trata-se de uma estrutura mínima necessária no planejamento e gestão da área de transporte no âmbito do Poder Público Municipal. Observa-se no mapa 8, que o município de Aracruz é o único do estado a apresentar ao mesmo tempo Órgão Gestor (secretaria exclusiva), Conselho, Fundo e Plano Municipal de Transporte.

Mapa 08

Existência de Plano, Conselho e Fundo Municipal de Transporte e caracterização do Órgão Gestor - 2017

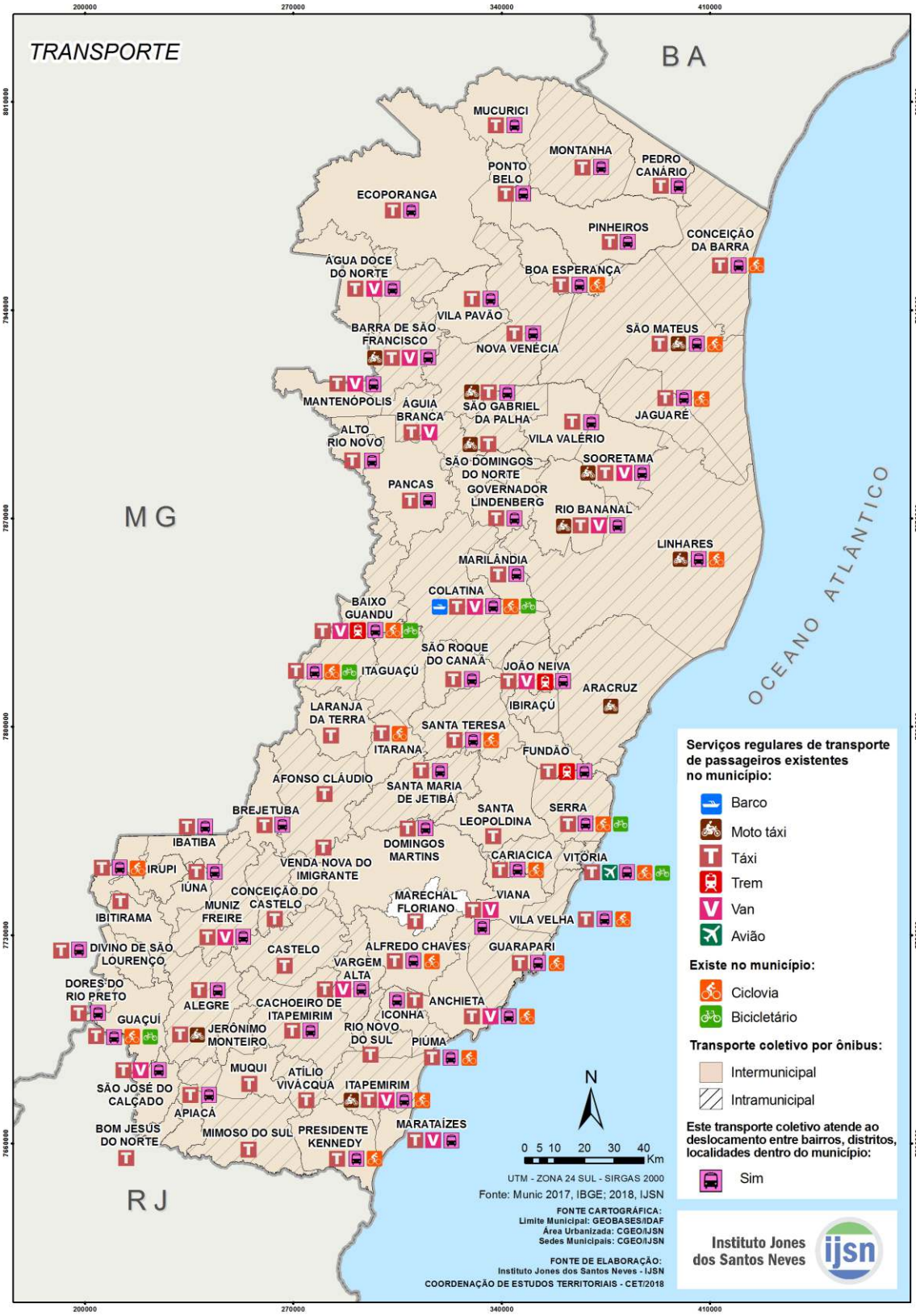


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

A Munic 2017 disponibilizou, ainda dentro do tema Transporte, informações acerca dos serviços regulares de transporte existentes nos municípios e da presença de ciclovias e bicletários, mapeadas a seguir. Como esperado, o serviço de transporte coletivo por ônibus é, de longe, o mais presente nos municípios, sendo que o intermunicipal ocorre em setenta e sete municípios e o intramunicipal em trinta e cinco municípios (Mapa 9). Também como esperado, o serviço de táxi está presente na maior parte dos municípios capixabas (setenta e cinco). O serviço regular de barco registra apenas uma ocorrência no estado, estando ausente na RMGV. Outro destaque negativo é a baixa ocorrência de ciclovias e bicicletários.

Mapa 09

Serviços regulares de transporte existentes no município - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

4 - Meio Ambiente

Esta seção abordará as seguintes informações relacionadas à área de meio ambiente: caracterização do Órgão Gestor; existência de Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente; existência de legislação ou instrumento de gestão ambiental; existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; existência de parcerias para a realização ou manutenção de ações na área do meio ambiente; e ocorrência, no município, de algum impacto ambiental e/ou processo/ação nos últimos 24 meses. Para algumas destas informações, foi possível analisar comparativamente em relação aos dados da Munic 2013, última a trazer o tema neste contexto de estrutura de planejamento e gestão.

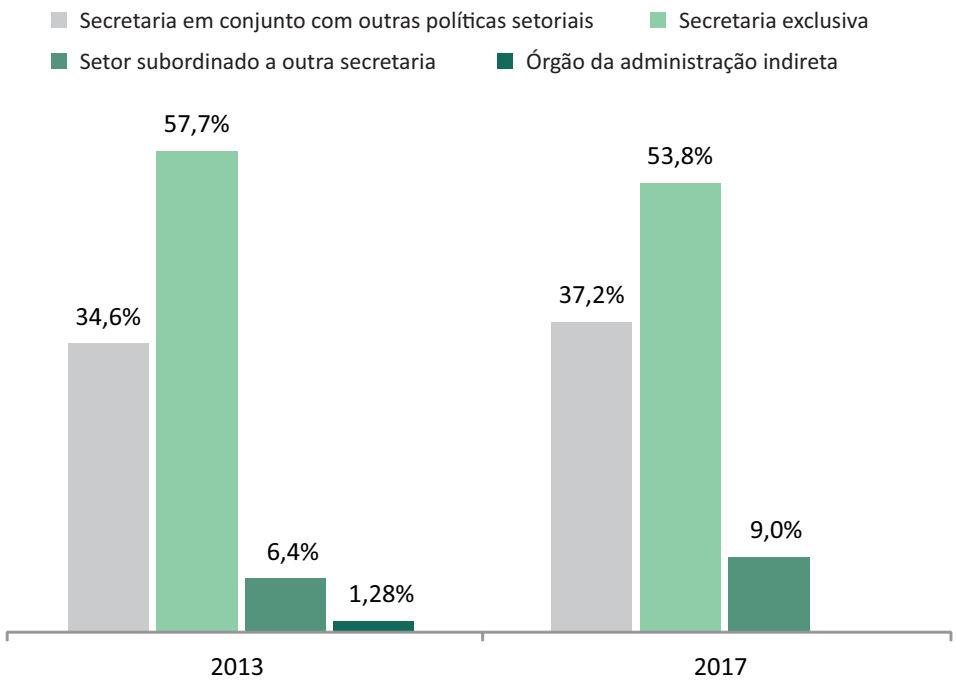


A Constituição Federal de 1988 prevê que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, sendo dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Busca-se aqui analisar, principalmente, se os municípios do Espírito Santo possuem uma estrutura mínima para gerir a área de meio ambiente (existência de Órgão Gestor, Conselho, Fundo e Legislação/Instrumentos).

Sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, especificamente, registra-se a necessidade dos municípios se adequarem à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), implementando seus planos de gestão de resíduos sólidos em consonância com a referida lei.

Pouco mais da metade dos municípios do ES dispõem de secretaria exclusiva de meio ambiente (53,8%), contudo, houve queda de 3,9 pp entre 2013 e 2017 (Gráfico 27). Por outro lado, o percentual de municípios com secretaria em conjunto com outras políticas setoriais e com setor subordinado a outra secretaria aumentou 2,6 pp no mesmo período.

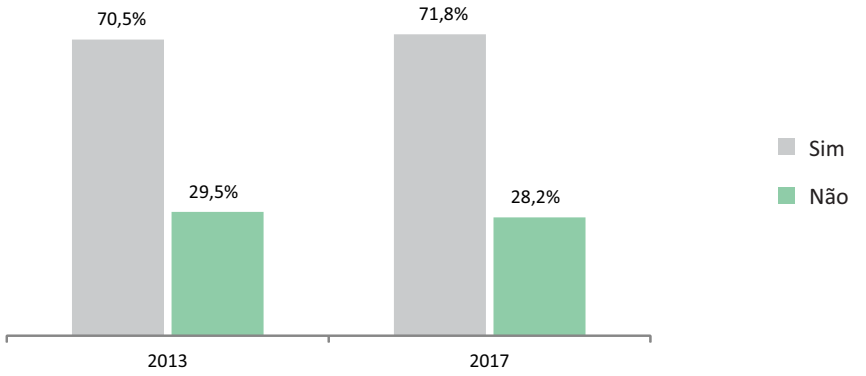
Gráfico 27
Caracterização do órgão gestor de meio ambiente (%) – 2013/2017



Fonte: Munic 2013/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.
*A categoria "órgão da administração indireta" não aparece na Munic 2017.

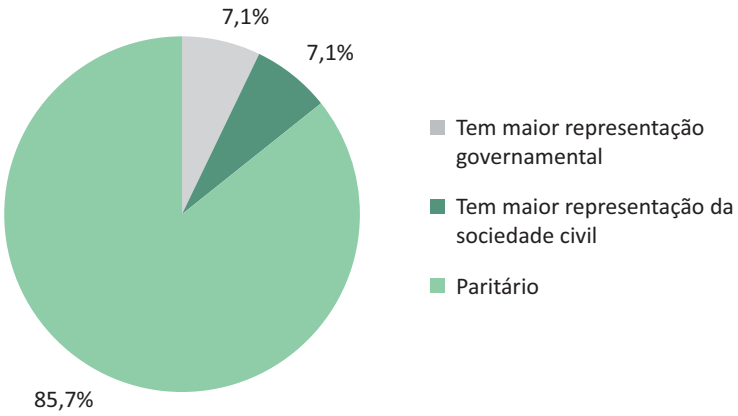
Segundo a pesquisa, a grande maioria dos municípios capixabas dispõe de Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (71,8% ou 56 municípios), sendo que no período entre 2013 e 2017 houve um ligeiro aumento de 1,3 pp (Gráfico 28). Sobre a formação dos Conselhos, 85,7% são paritários. Os demais se dividem entre os de maior representação da sociedade civil e os de maior representação governamental, ambos representam 7,1% (Gráfico 29). Quanto ao caráter, predomina o consultivo e o deliberativo (Gráfico 30). Ressalte-se que um Conselho pode ter mais de um caráter de forma concomitante.

Gráfico 28
Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) – 2013/2017



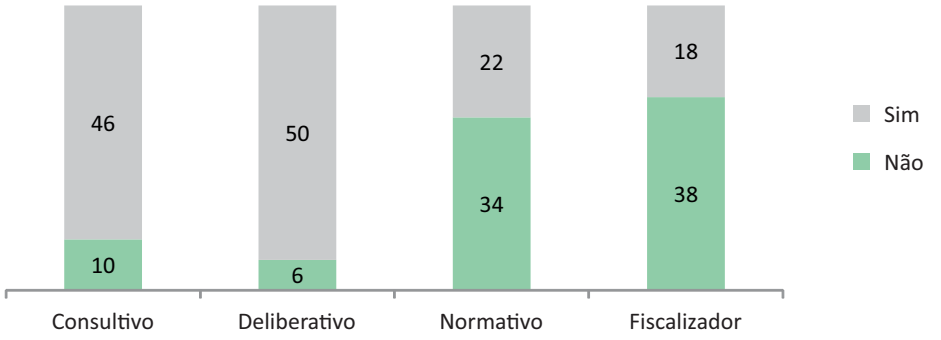
Fonte: Munic 2013/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 29
Formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

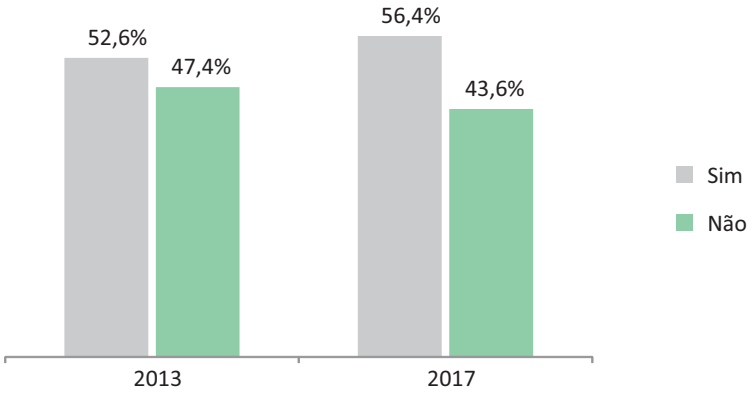
Gráfico 30
Caráter do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

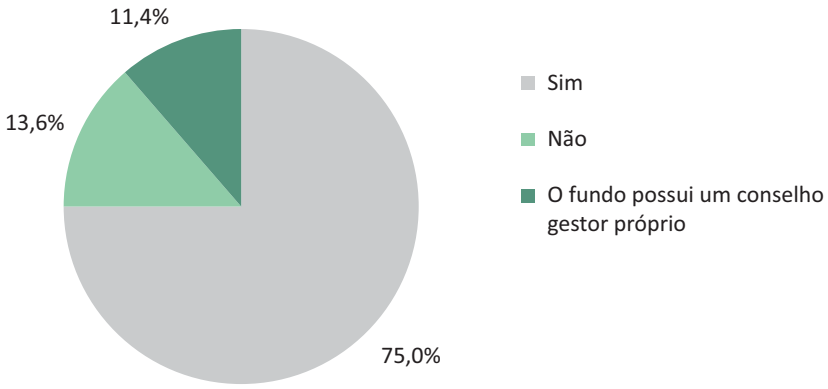
Pouco mais da metade dos municípios capixabas possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar (56,4%), sendo verificado um pequeno aumento de 3,8 pp no período entre 2013 e 2017 (Gráfico 31). Em 75,0% dos casos o conselho gestor do Fundo é o próprio Conselho Municipal de Meio Ambiente e em 11,4% o Fundo possui um conselho gestor próprio (Gráfico 32). Em 2016, apenas 27,3% dos municípios do ES utilizaram recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente para ações ambientais (Gráfico 33).

Gráfico 31
Existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) – 2013/2017



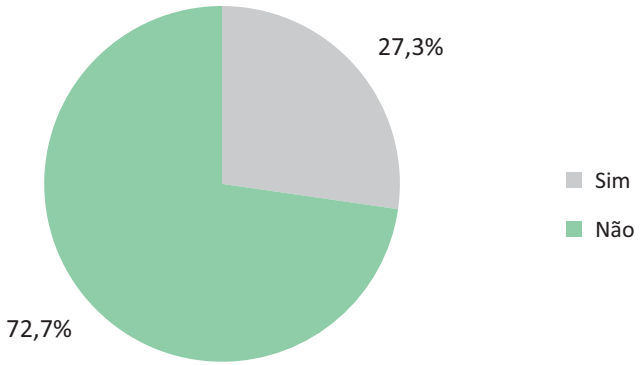
Fonte: Munic 2013/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 32
O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

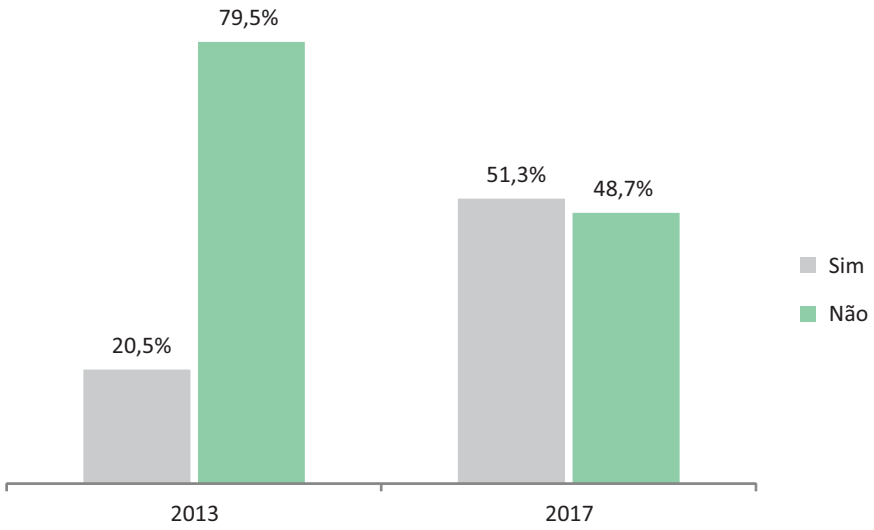
Gráfico 33
Utilização de recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente para ações ambientais em 2016 (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

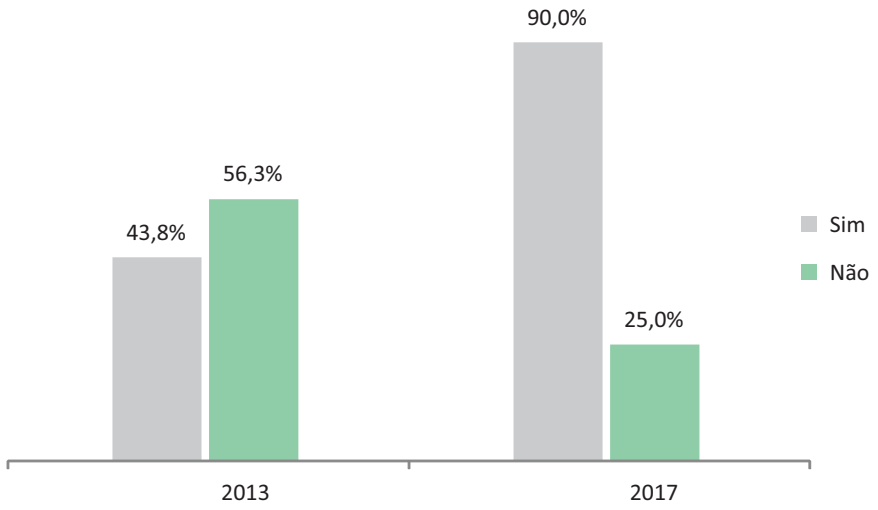
Sobre a existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, 51,3% dos municípios responderam positivamente, o que representa um aumento significativo em relação à 2013, cujo percentual era de 20,5% (Gráfico 34). Em 2017, observa-se que 90,0% dos Planos têm abrangência municipal (Gráfico 35).

Gráfico 34
Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (%) – 2013/2017



Fonte: Munic 2013/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 35
O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos abrange apenas esse município (%) – 2013/2017



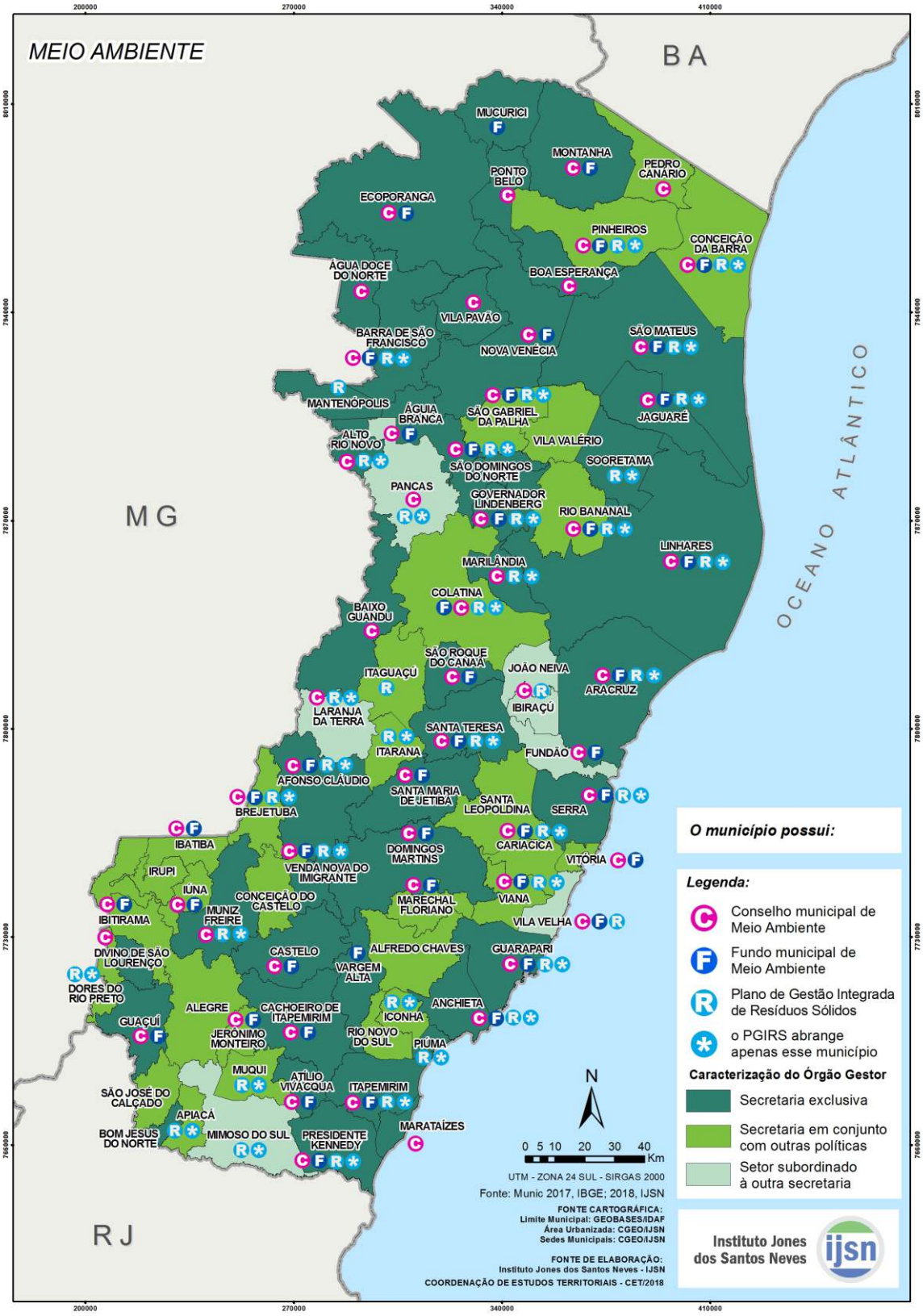
Fonte: Munic 2013/2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O mapa 10 apresenta, de forma espacializada, as informações acima analisadas sobre a existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente nos municípios do ES, bem como a caracterização do Órgão Gestor de Meio Ambiente[3]. Dos setenta e oito municípios do ES, vinte e quatro dispõem, concomitantemente, de Órgão Gestor (secretaria exclusiva, secretaria em conjunto com outras políticas ou setor subornado a outra secretaria), Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).Na sequência, o mapa 11 apresenta os impactos ambientais e/ou processos/ações de maior ocorrência nos municípios, com destaque para condições climáticas extremas (quarenta e seis municípios) e diminuição da vazão de algum corpo d'água (quarenta e um municípios).

[3]Cabe reforçar aqui a limitação dos dados autodeclarados da Munic. Ao contrário das informações disponibilizadas pela pesquisa, os municípios de Vitória e Vila Velha, por exemplo, dispõem de secretaria exclusiva de meio ambiente, conforme apurado nos respectivos portais institucionais (http://vitoria.es.gov.br/cidade/secretarias#a_oquefazemos_semmam; http://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/meio-ambiente).

Mapa 10

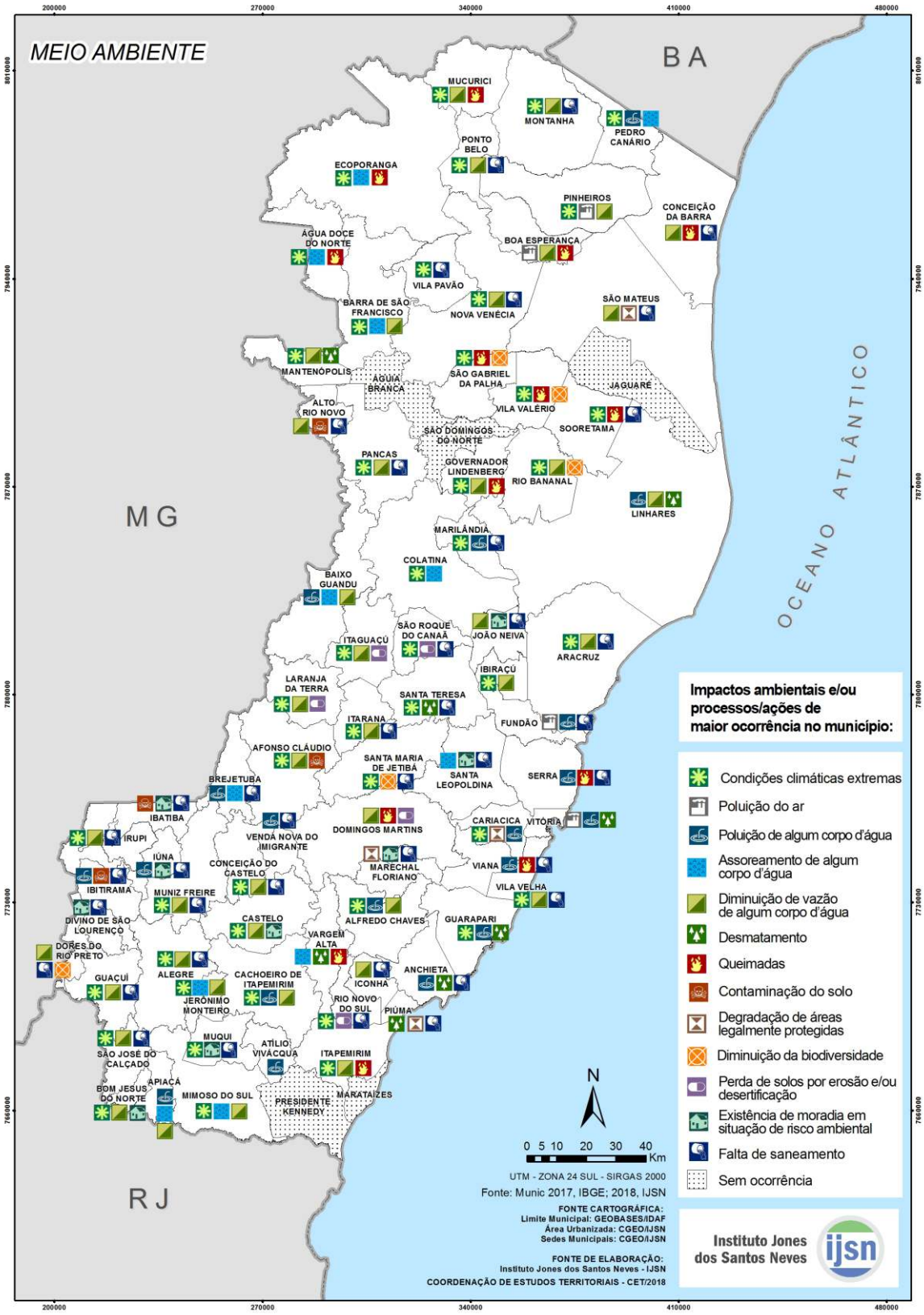
Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente no município e caracterização do Órgão Gestor - 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 11

Impactos ambientais e/ou processos/ações de maior ocorrência no município - 2017

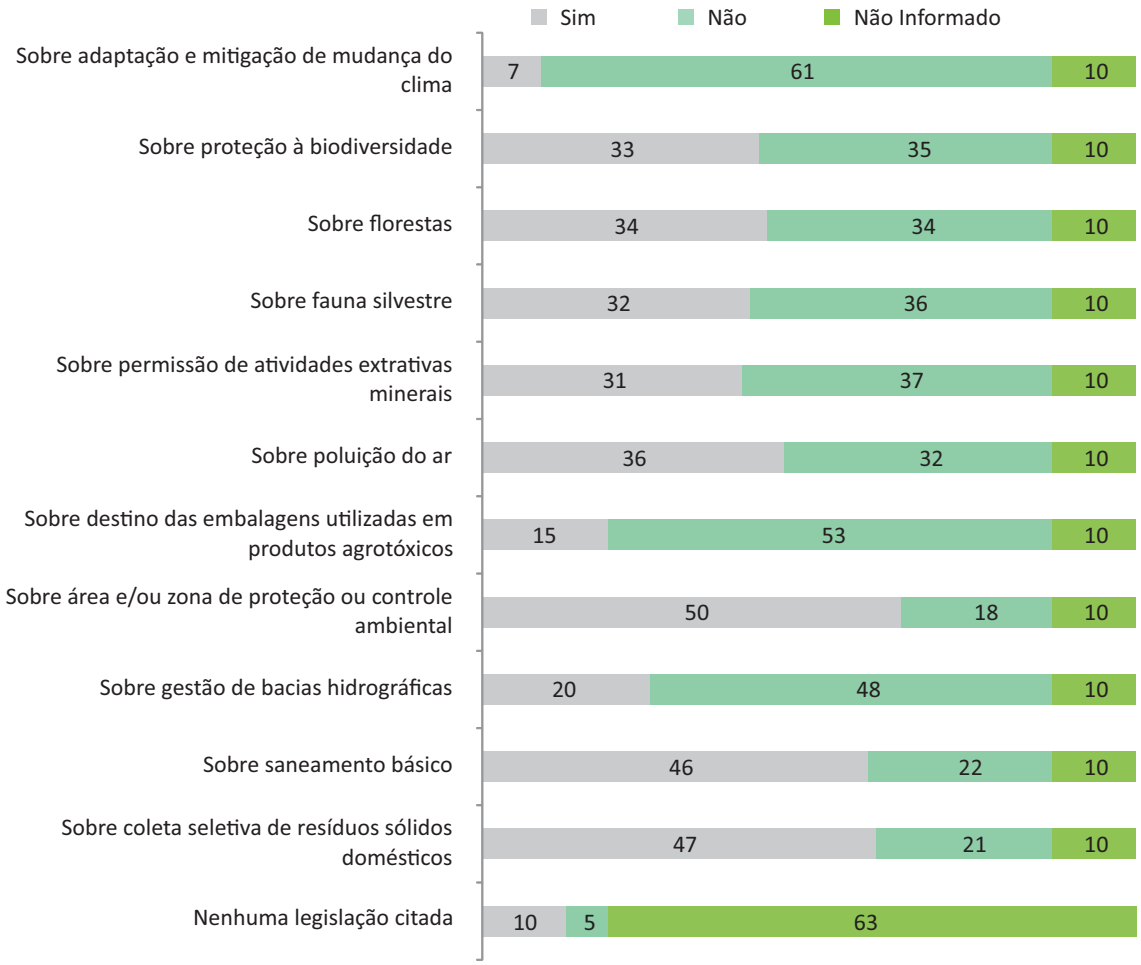


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O gráfico a seguir apresenta, em números absolutos, as legislações ou instrumentos de gestão ambiental existentes nos municípios, mesmo que estejam inseridos na Lei Orgânica, Plano Diretor, Código Ambiental, etc. (Gráfico 36). As legislações/instrumentos mais frequentes nos municípios do ES são sobre: área e/ou zona de proteção ou controle ambiental, presente em cinquenta municípios; coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos, presente em quarenta e sete municípios; e saneamento básico, presente em quarenta e seis municípios. Cabe salientar que a existência da legislação não pressupõe sua aplicação pelo município, podendo-se citar como exemplo a legislação sobre coleta seletiva de resíduos sólidos, que raramente é colocada em prática, de fato, nos municípios capixabas. As legislações/instrumentos de gestão ambiental existentes nos municípios do ES estão espacializadas no mapa 12.

Gráfico 36

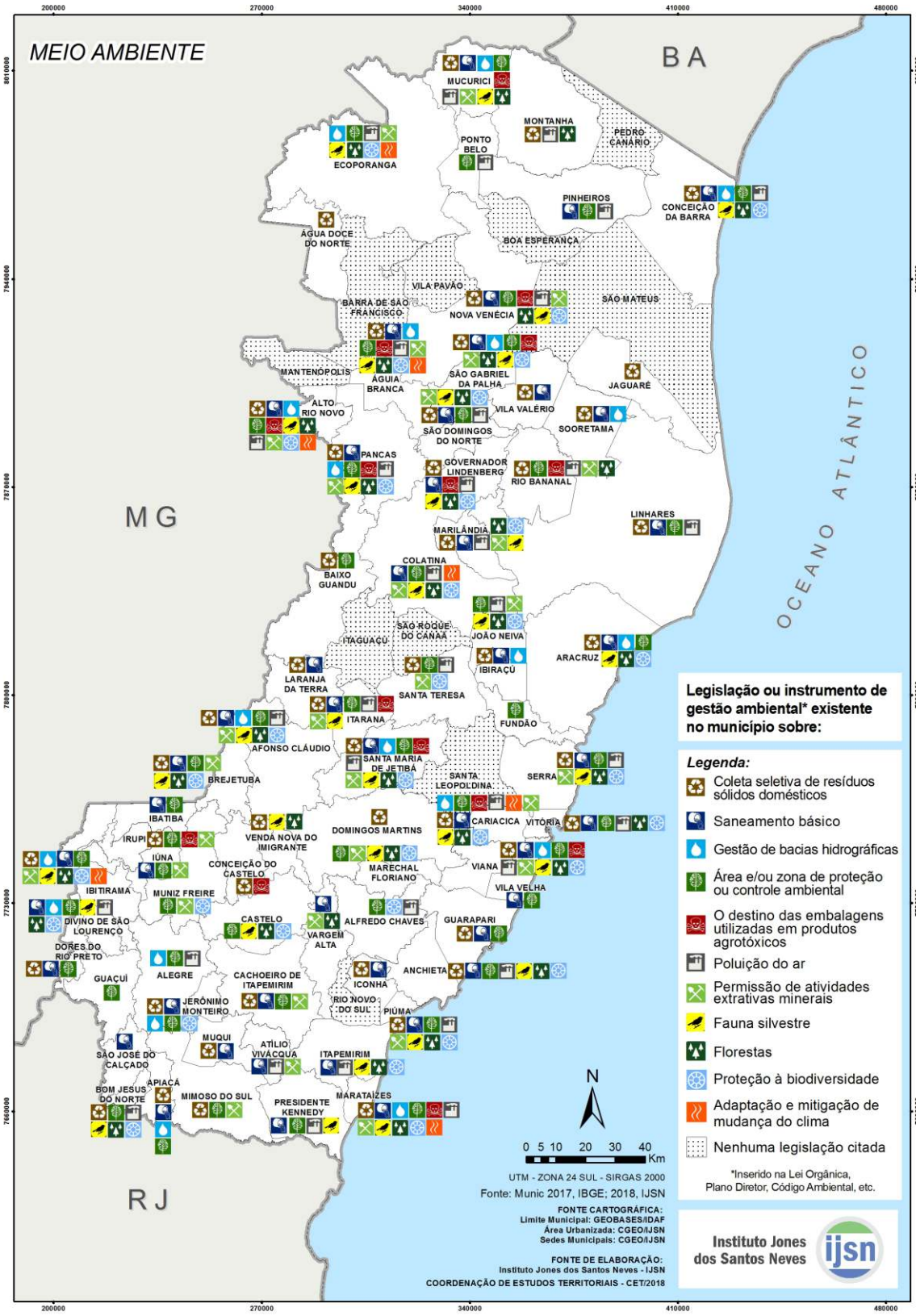
Legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 12

Legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município - 2017

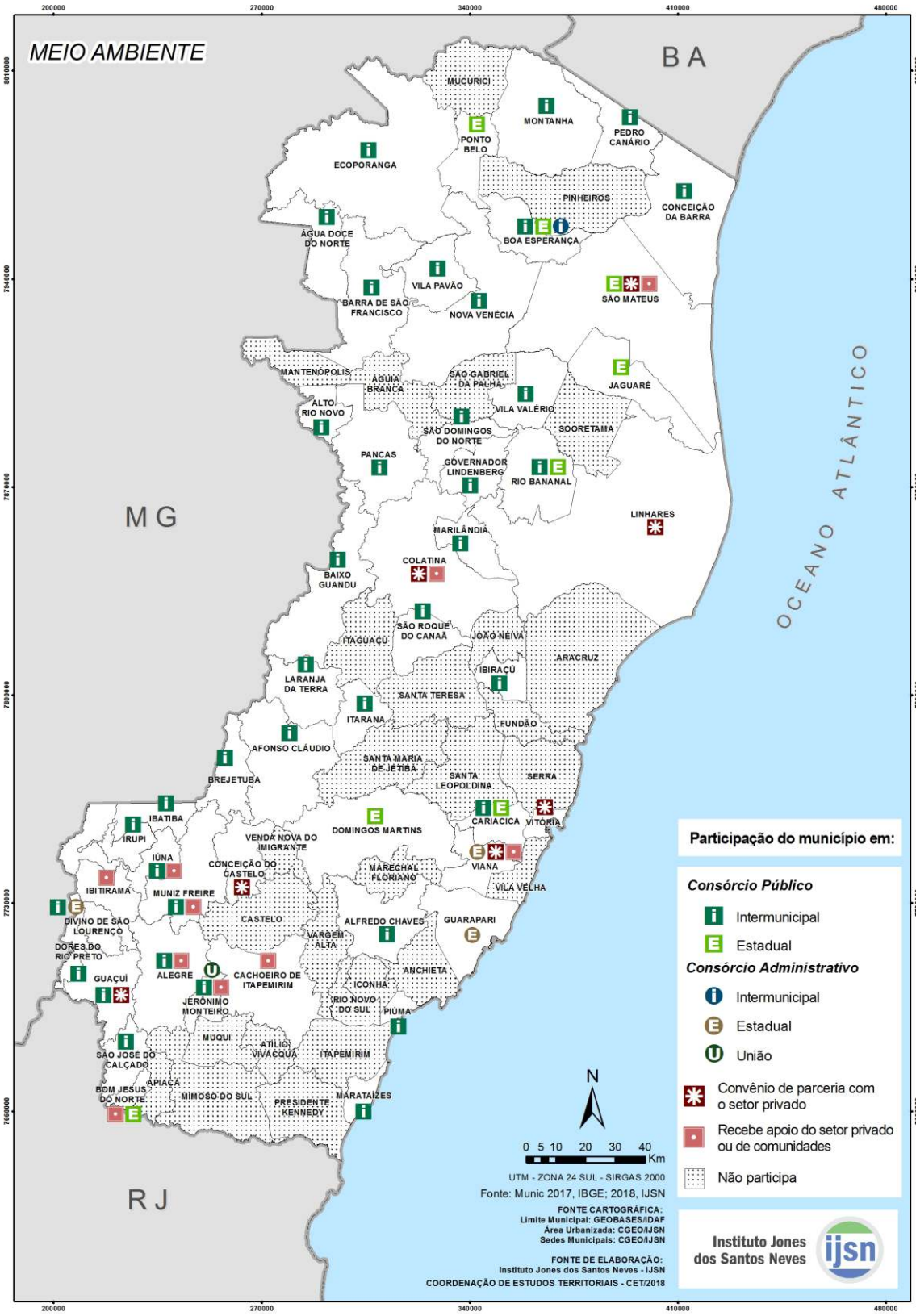


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

O mapa 13, a seguir, apresenta informações sobre a participação dos municípios do ES em consórcios públicos e administrativos (intermunicipais, estaduais e/ou com a União) e/ou convênios de parceria com o setor privado que contribuam para a realização ou manutenção de ações na área de meio ambiente. Além disso, mostra os municípios que recebem apoio do setor privado e/ou de comunidades, também para esta finalidade. Como pode ser observado, são mais frequentes no ES os consórcios públicos intermunicipais. Em seguida, nesta ordem, aparecem os convênios de parceria com o setor privado, os consórcios públicos estaduais e os apoios do setor privado e/ou de comunidades. Não houve registro de consórcio público com a União.

Mapa 13

Participação do município em consórcios e convênios para ações na área de meio ambiente – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

5 - Gestão de Risco e Resposta a Desastres

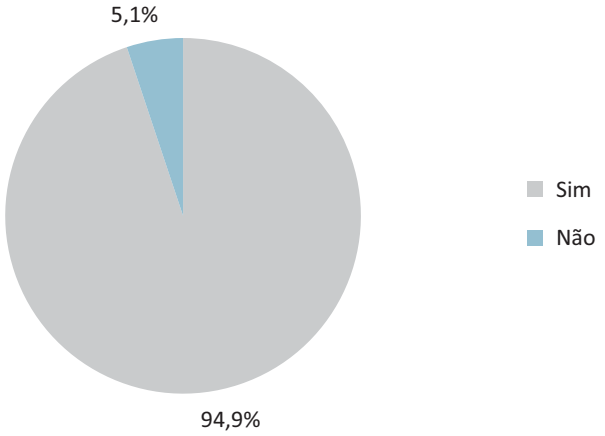
Este tema integra pela segunda vez a pesquisa, tendo aparecido pela primeira vez em 2013. A presente seção trata dos seguintes aspectos e eventos relacionados à gestão de riscos e resposta a desastres: seca; alagamentos e processos erosivos; enchente ou inundação gradual; enxurrada ou inundação brusca; escorregamento ou deslizamento de encosta; gerenciamento de riscos (existência de planos, instrumentos e ações). Optou-se por não fazer uma análise comparativa em relação aos dados de 2013, visto que o número de questões sem respostas foi considerado significativo na Munic 2017, o que poderia dificultar a análise da evolução dos municípios do estado.



Este tema vai ao encontro de uma problemática recorrente no Brasil. Os eventos acima citados causam grandes impactos quando acontecem nos ambientes urbanos. No Brasil, a ocorrência e a intensidade dos desastres naturais dependem, na maioria dos casos, mais do grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que propriamente da magnitude destes eventos adversos. Tendo em vista a evidente necessidade de uma legislação específica sobre assunto foi sancionada a Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Na esteira dessa legislação, em 2012 foi instituído o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, que prevê o mapeamento das áreas de risco e a estruturação de um sistema de monitoramento, alerta e resposta a desastres naturais, dentre outras iniciativas.

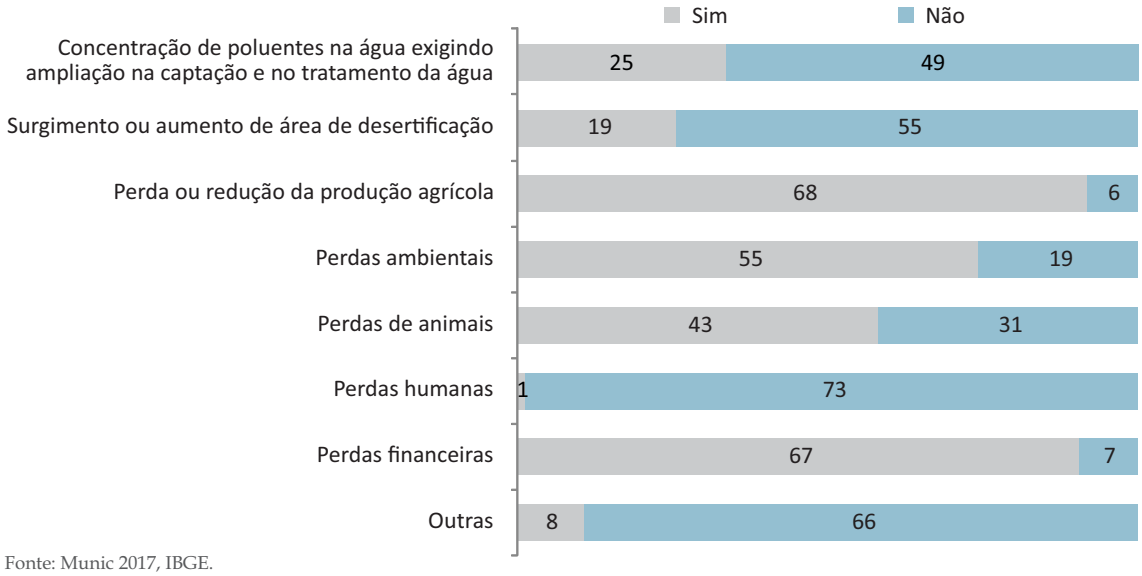
Nos últimos quatro anos, 94,9% dos municípios do ES foram atingidos pela seca, o que corresponde a setenta e quatro municípios (Gráfico 37). Destes, sessenta e oito tiveram perda ou redução da produção agrícola; sessenta e sete perdas financeiras; cinquenta e cinco perdas ambientais; quarenta e três perdas de animais; vinte e cinco tiveram concentração de poluentes na água, exigindo ampliação da captação e no tratamento da água; e dezenove o surgimento ou aumento da área de desertificação (Gráfico 38). Apenas um município registrou perdas humanas.

Gráfico 37
O município foi atingido pela seca nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

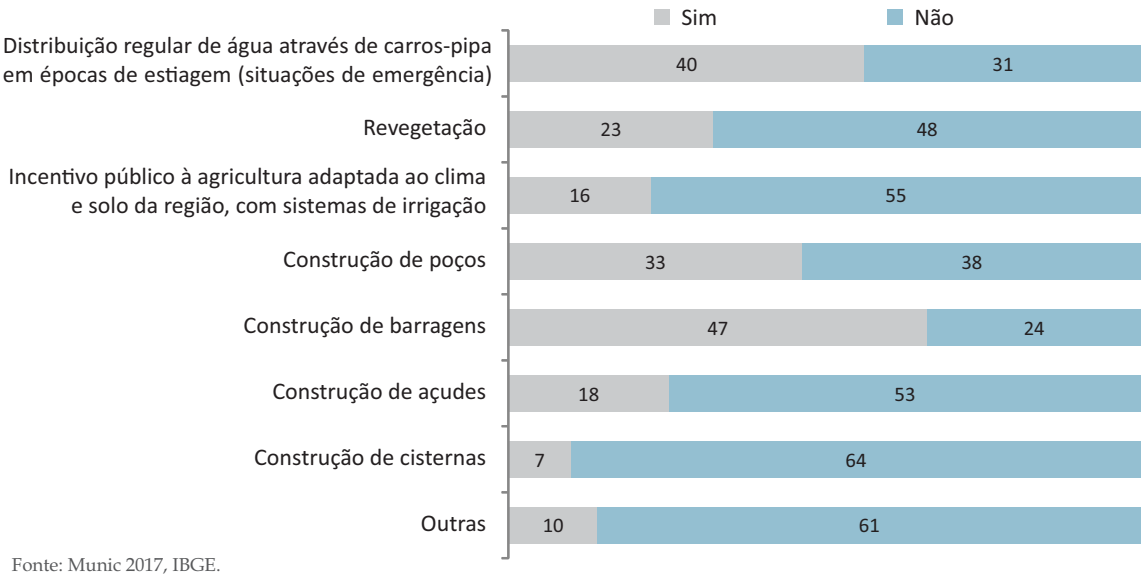
Gráfico 38 -
Ocorrências no ano de seca de maior impacto para o município (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Sobre o que está sendo feito nos municípios para evitar ou minimizar os danos causados pela seca, destaque para: construção de barragens, em quarenta e sete municípios; distribuição regular de água através de carros-pipa (situações de emergência), em quarenta municípios; e construção de poços, em trinta e três municípios (Gráfico 39).

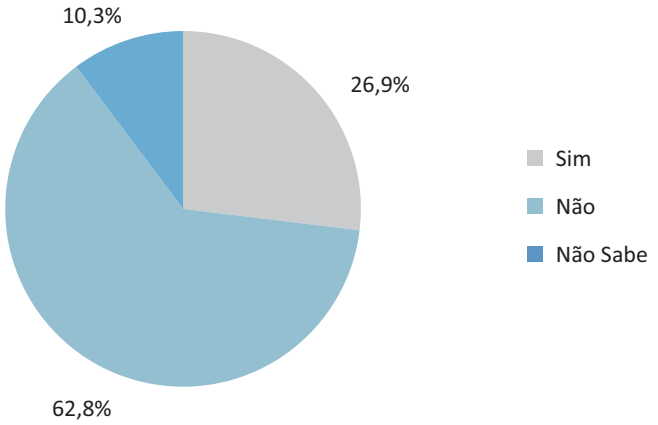
Gráfico 39
Ações para evitar ou minimizar os danos causados pela seca (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Apenas 26,9% dos municípios capixabas informaram possuir Plano de Contingência e/ou Preservação para a seca (Gráfico 40). Registra-se que um percentual significativo de municípios, 10,3%, não souberam responder.

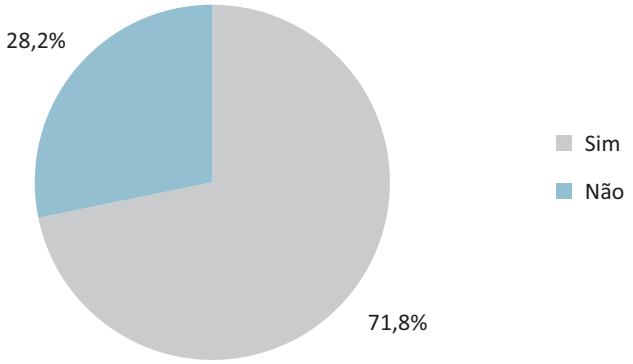
Gráfico 40
Existência de Plano de Contingência e/ou Preservação para a seca no município (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

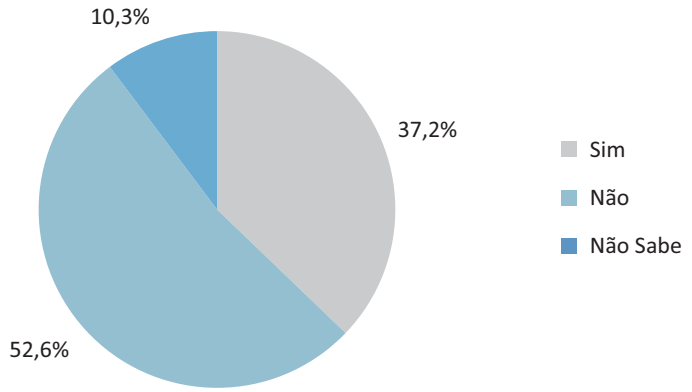
O percentual de municípios do ES atingidos por alagamentos e processos erosivos acelerados nos últimos quatro anos é de 71,8% e 37,2%, respectivamente (Gráficos 41 e 42). Cabe ressaltar que no último caso, 10,3% não souberam informar (Gráfico 42).

Gráfico 41
O município foi atingido por alagamentos nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

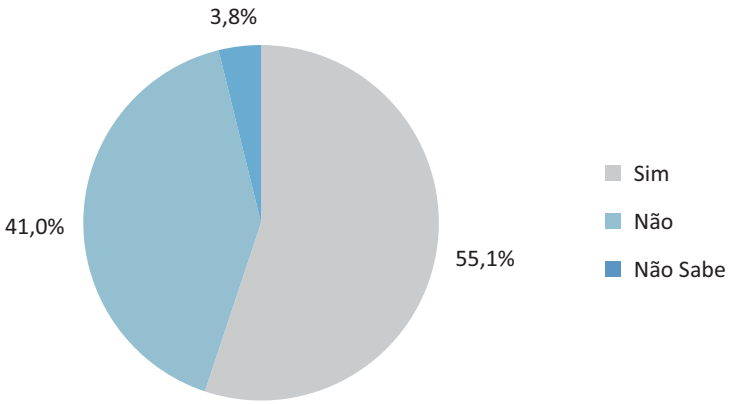
Gráfico 42
O município foi atingido por processo erosivo acelerado nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Quanto a enchentes ou inundações graduais, 55,1% (quarenta e três municípios) foram atingidos nos últimos quatro anos (Gráficos 43). A maior parte dos casos, trinta e seis, ocorreram em áreas do município naturalmente inundáveis (Gráfico 44). As demais ocorrências foram em áreas: com ocupações irregulares (vinte e sete municípios); não usualmente inundáveis (dezessete municípios); com ocupações regulares (dezesseis municípios); com existência de processo erosivo acelerado (seis municípios); e outras áreas (cinco municípios).

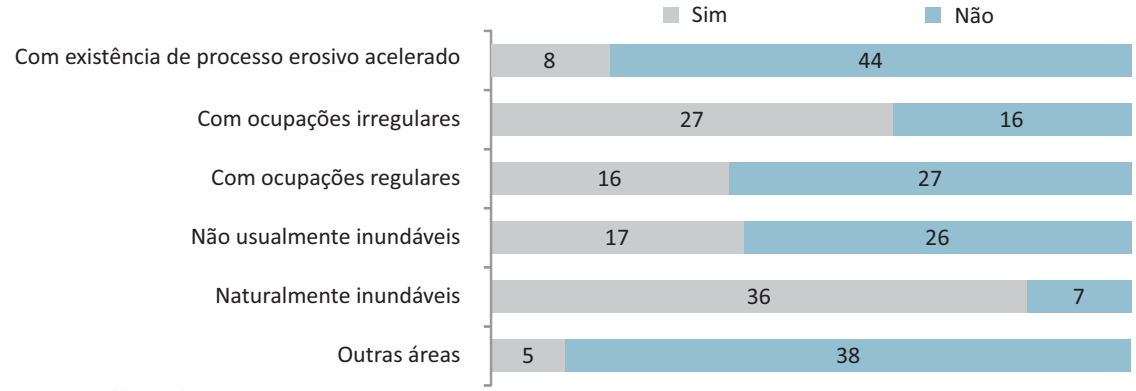
Gráfico 43
O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 44

Áreas do município em que ocorreram as enchentes ou inundações graduais (nº absolutos) – 2017

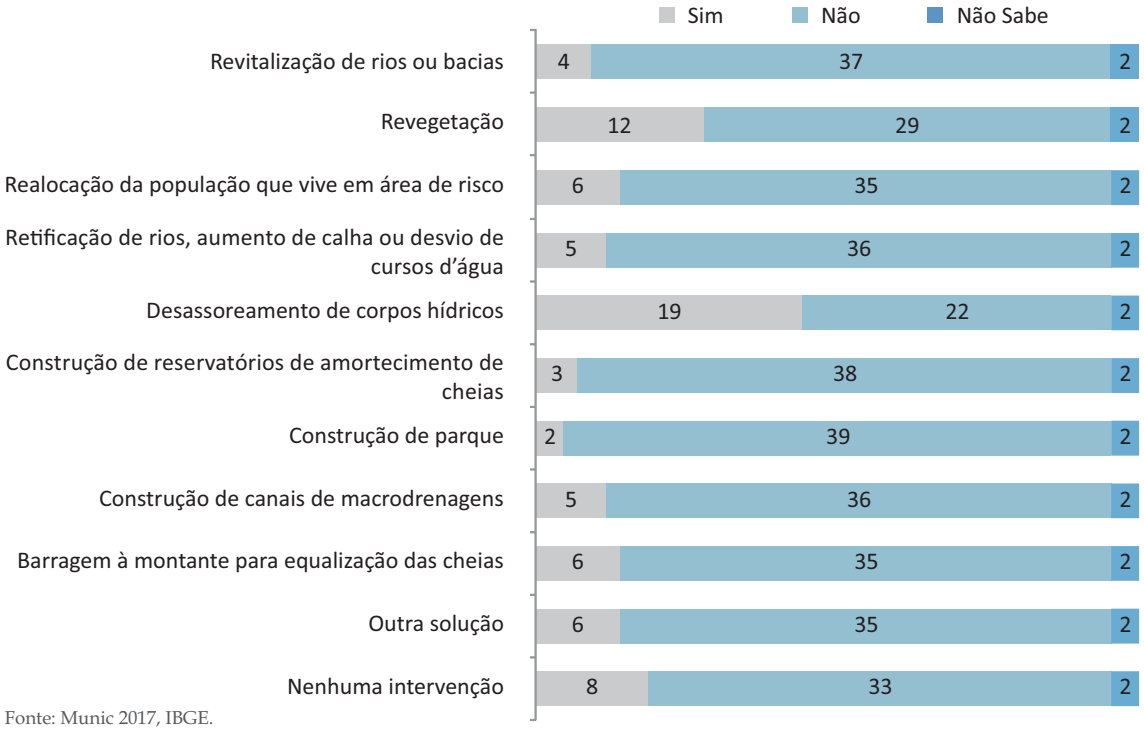


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Dentre as ações realizadas pelos municípios para evitar ou minimizar os danos causados por enchentes ou inundações graduais, destaque para o desassoreamento de corpos hídricos, em dezenove municípios, e revegetação, em doze municípios (Gráfico 45). Cabe destacar ainda que oito municípios indicaram não haver nenhuma intervenção para evitar ou minimizar os danos causados por enchentes ou inundações graduais.

Gráfico 45

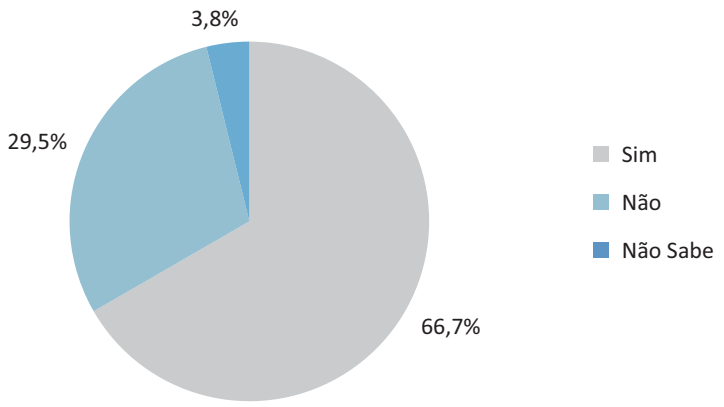
Ações para evitar ou minimizar danos causados por enchentes ou inundações graduais (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

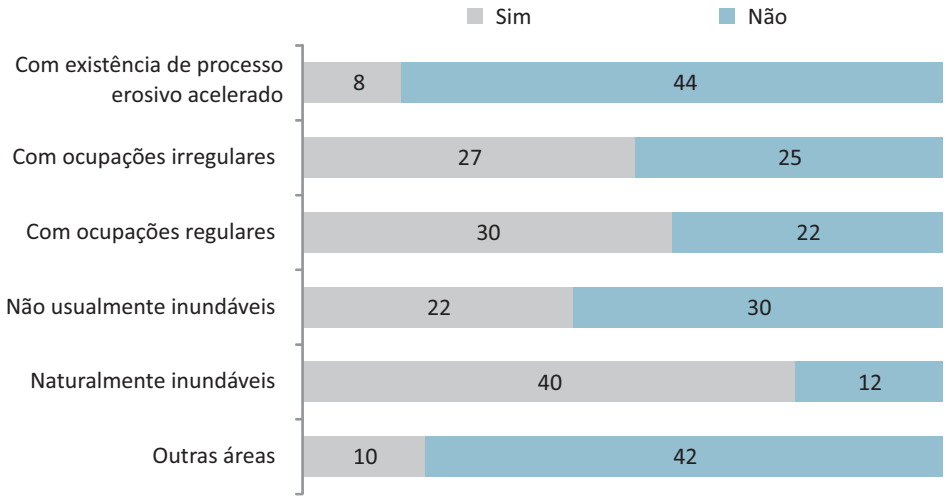
Cinquenta e dois municípios capixabas (66,7%) foram atingidos por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos quatro anos (Gráficos 46). A maior parte dos casos, quarenta, ocorreram em áreas do município naturalmente inundáveis (Gráfico 47). As demais ocorrências foram em áreas: com ocupações regulares (trinta municípios); com ocupações irregulares (vinte e sete municípios); não usualmente inundáveis (vinte e dois municípios); com existência de processo erosivo acelerado (oito municípios); e outras áreas (dez municípios).

Gráfico 46
O município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

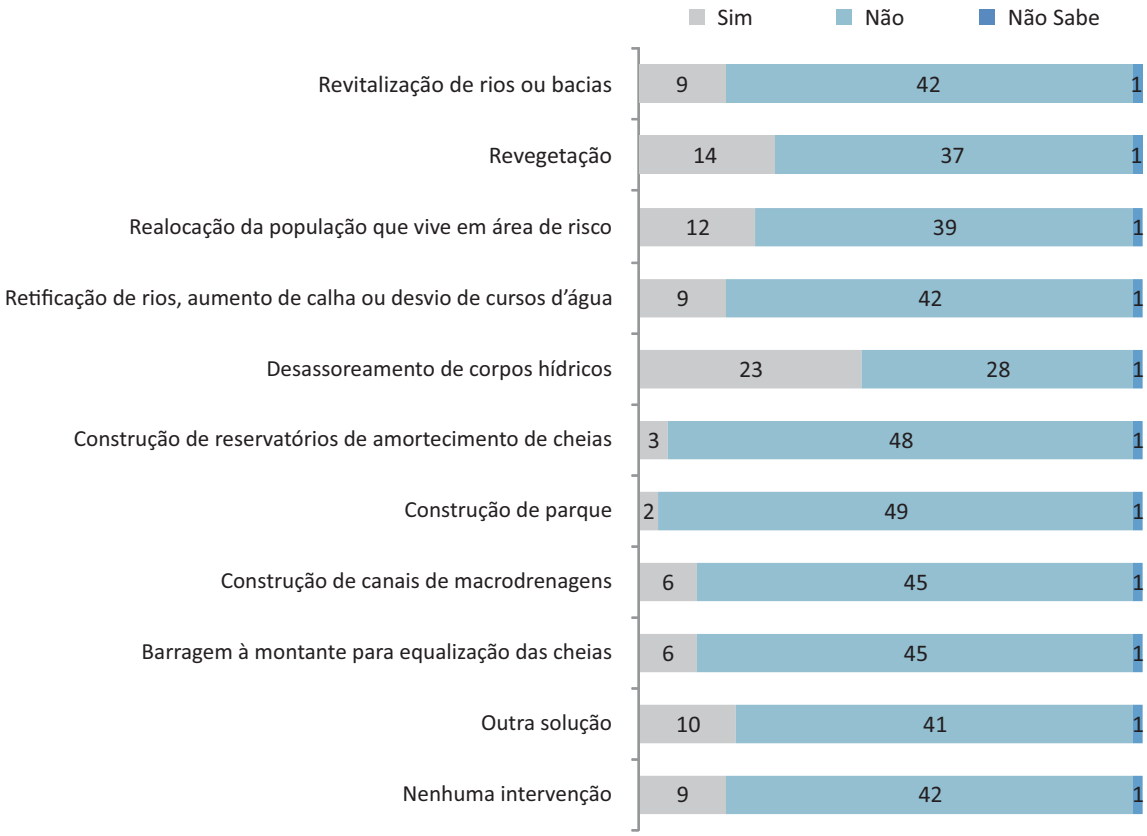
Gráfico 47
Áreas do município em que ocorreram as enxurradas ou inundações bruscas (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

As ações mais frequentes para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas foram: desassoreamento de corpos hídricos, em vinte e três municípios, revegetação, em quatorze municípios, e realocação da população que vive em área de risco, em doze municípios (Gráfico 48). Nove municípios indicaram não haver nenhuma intervenção para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas.

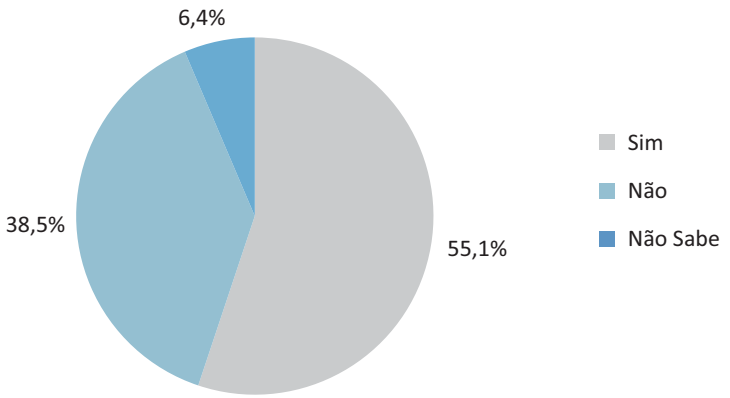
Gráfico 48
Ações para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

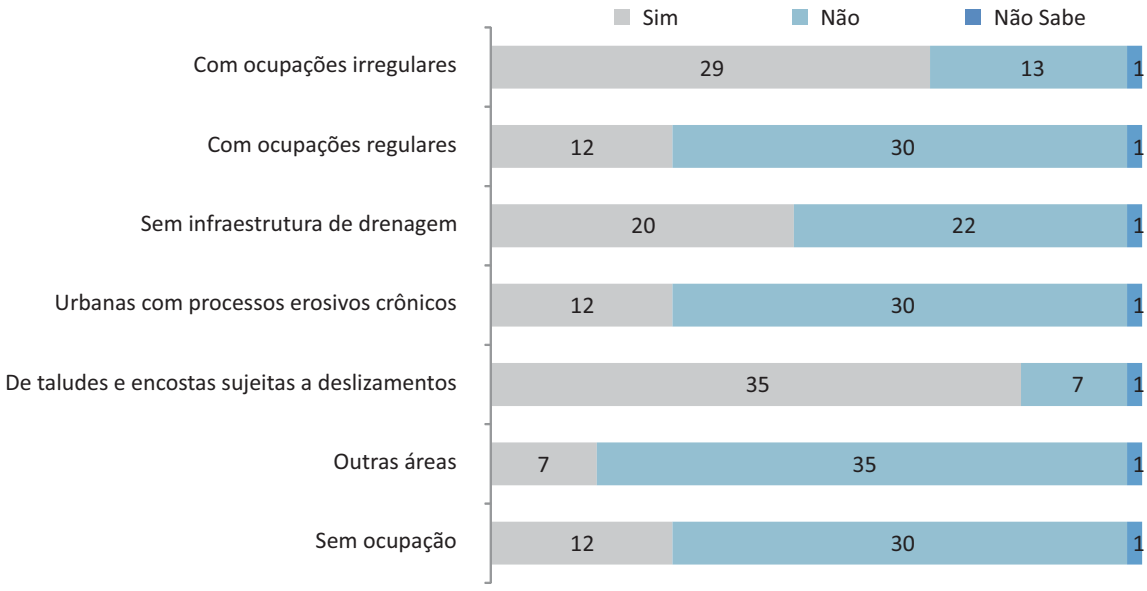
Escorregamentos ou deslizamentos de encostas atingiram quarenta e três municípios do estado (55,1%) nos últimos quatro anos (Gráficos 49). As principais áreas afetadas foram as de taludes e encostas sujeitas a deslizamentos, com trinta e cinco casos, seguidas das áreas com ocupações irregulares, vinte e nove casos, e sem infraestrutura de drenagem, vinte casos (Gráfico 50).

Gráfico 49
O município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 4 anos (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 50
Áreas do município em que ocorreram os escorregamentos ou deslizamentos de encostas (nº absolutos) – 2017

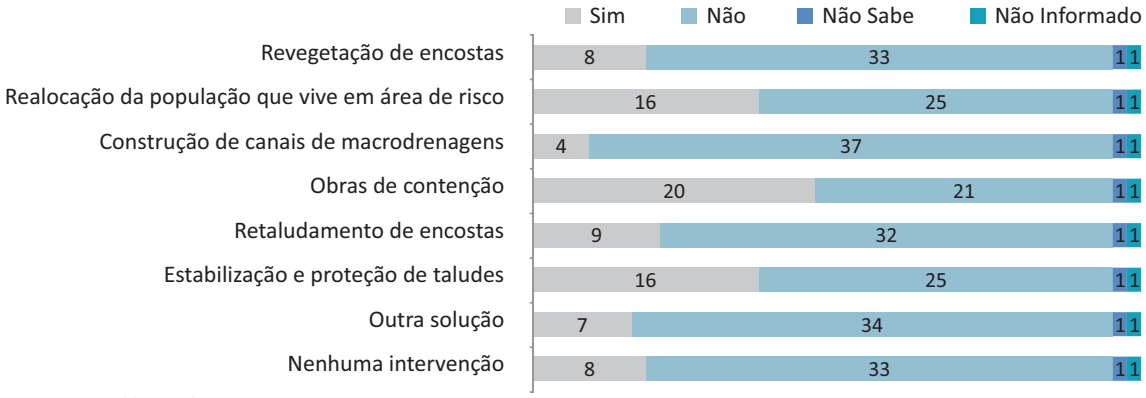


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

As ações mais frequentes para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas foram: obras de contenção, em vinte municípios, estabilização e proteção de taludes e realocação da população que vive em área de risco, ambas em dezesseis municípios (Gráfico 51). Oito municípios não realizaram nenhuma intervenção para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

Gráfico 51

Ações para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas (nº absolutos) – 2017

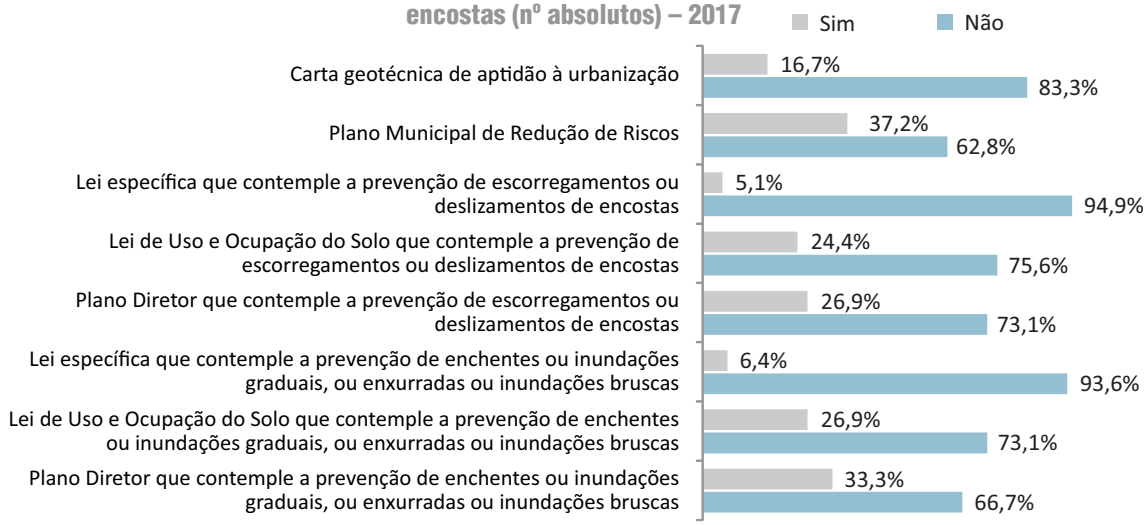


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No que se refere ao gerenciamento de riscos, o gráfico a seguir apresenta os instrumentos de planejamento existentes nos municípios (Gráfico 52). Em geral, os resultados são insatisfatórios. O instrumento mais frequente nos municípios do ES é o Plano Municipal de Redução de Riscos – 37,2%, seguido do Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas – 33,3%. Apenas 5,1% e 6,4% dos municípios, respectivamente, contam com Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas e lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas.

Gráfico 52

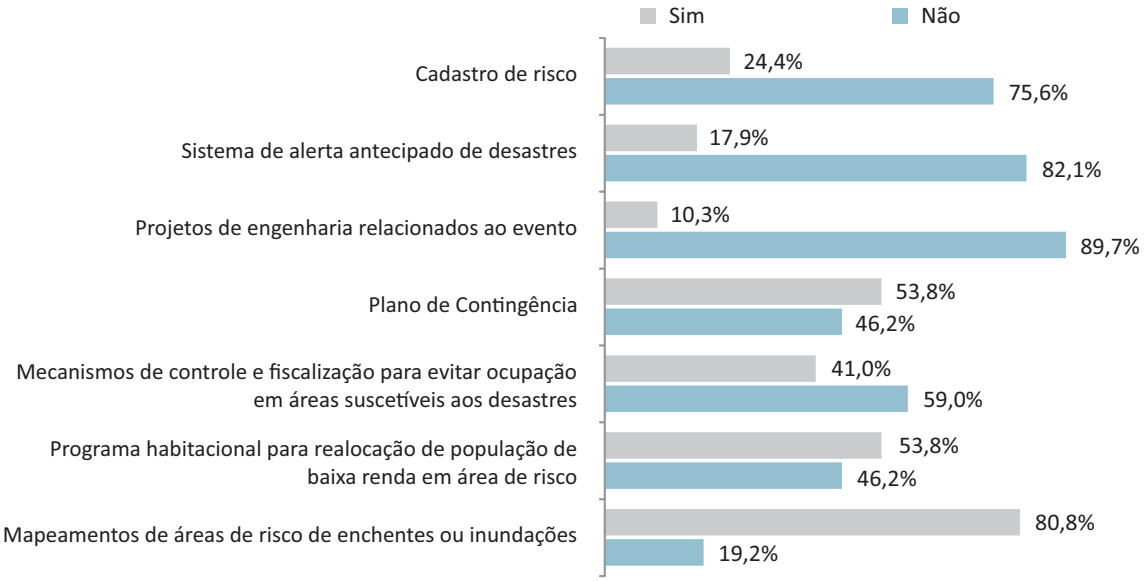
Ações para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas (nº absolutos) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, 80,8% dos municípios do ES possuem mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações; 53,8% Plano de Contingência; 53,8% Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização de benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros); 41,0% mecanismos de controle e fiscalização para ocupação em áreas suscetíveis aos desastres; 24,4% cadastro de risco; 17,9% sistema de alerta antecipado de desastres; e 10,3% projetos de engenharia relacionados ao evento (Gráfico 53).

Gráfico 53
O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas (%) – 2017

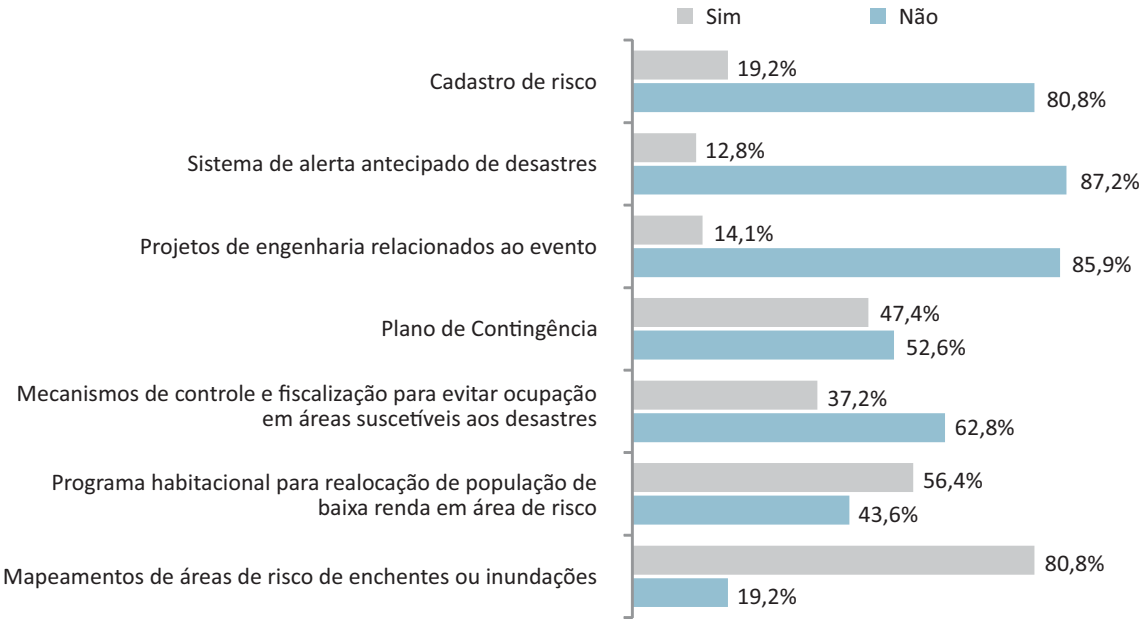


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Já em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos, os percentuais são: 56,4% Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização de benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros); 47,4% Plano de Contingência; 37,2% mecanismos de controle e fiscalização para ocupação em áreas suscetíveis aos desastres; 19,2% cadastro de risco; 14,1% projetos de engenharia relacionados ao evento; e 12,8% sistema de alerta antecipado de desastres (Gráfico 54).

Gráfico 54

O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas (%) – 2017

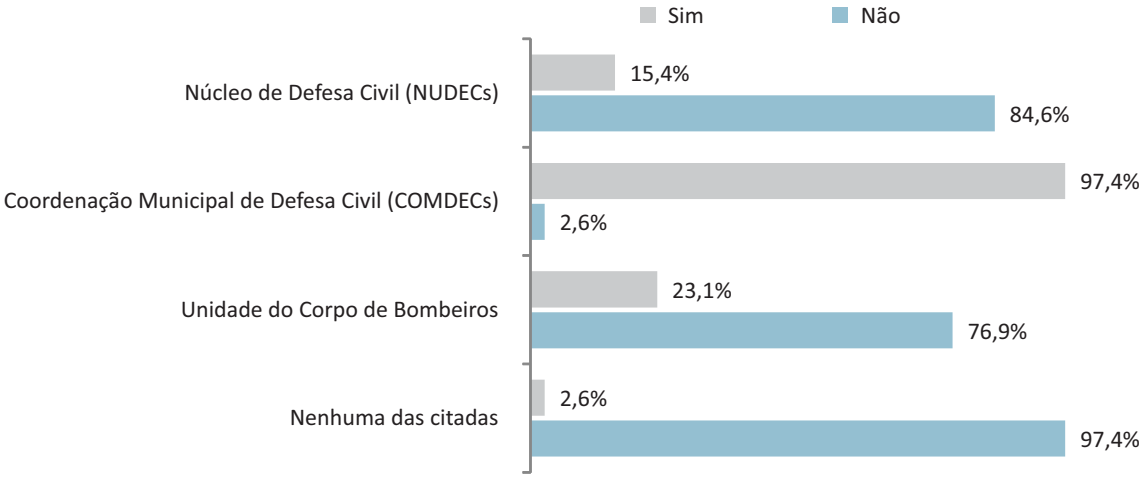


Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Por fim, segundo a pesquisa, quase todos os municípios do ES (97,4%) possuem Coordenação Municipal de Defesa Civil, enquanto que apenas 23,1% e 15,4%, respectivamente, possuem Unidade do Corpo de Bombeiros e Núcleo de Defesa Civil (Gráfico 55).

Gráfico 55

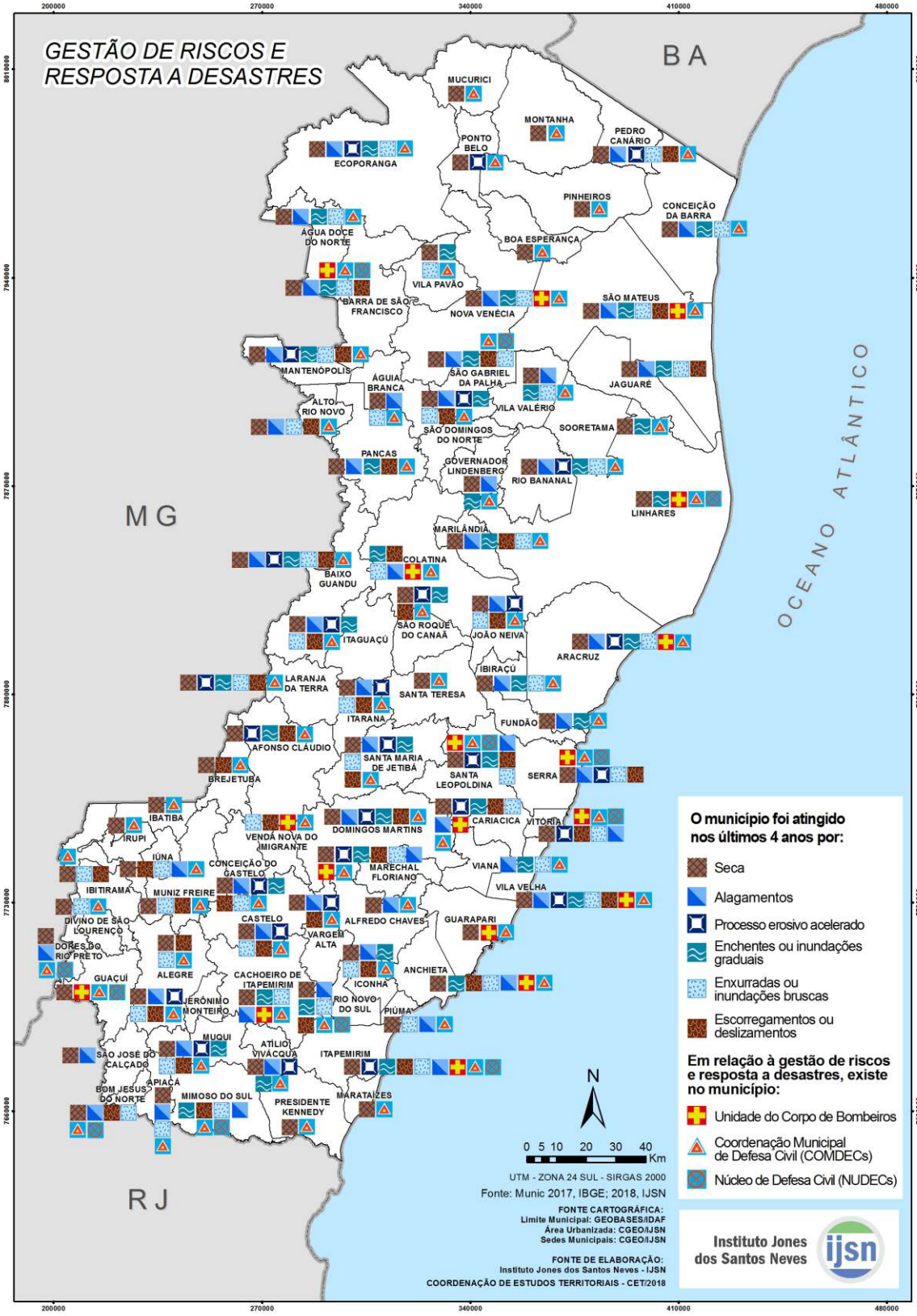
Equipamentos relacionados à gestão de riscos e resposta a desastres existentes no município (%) – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 14

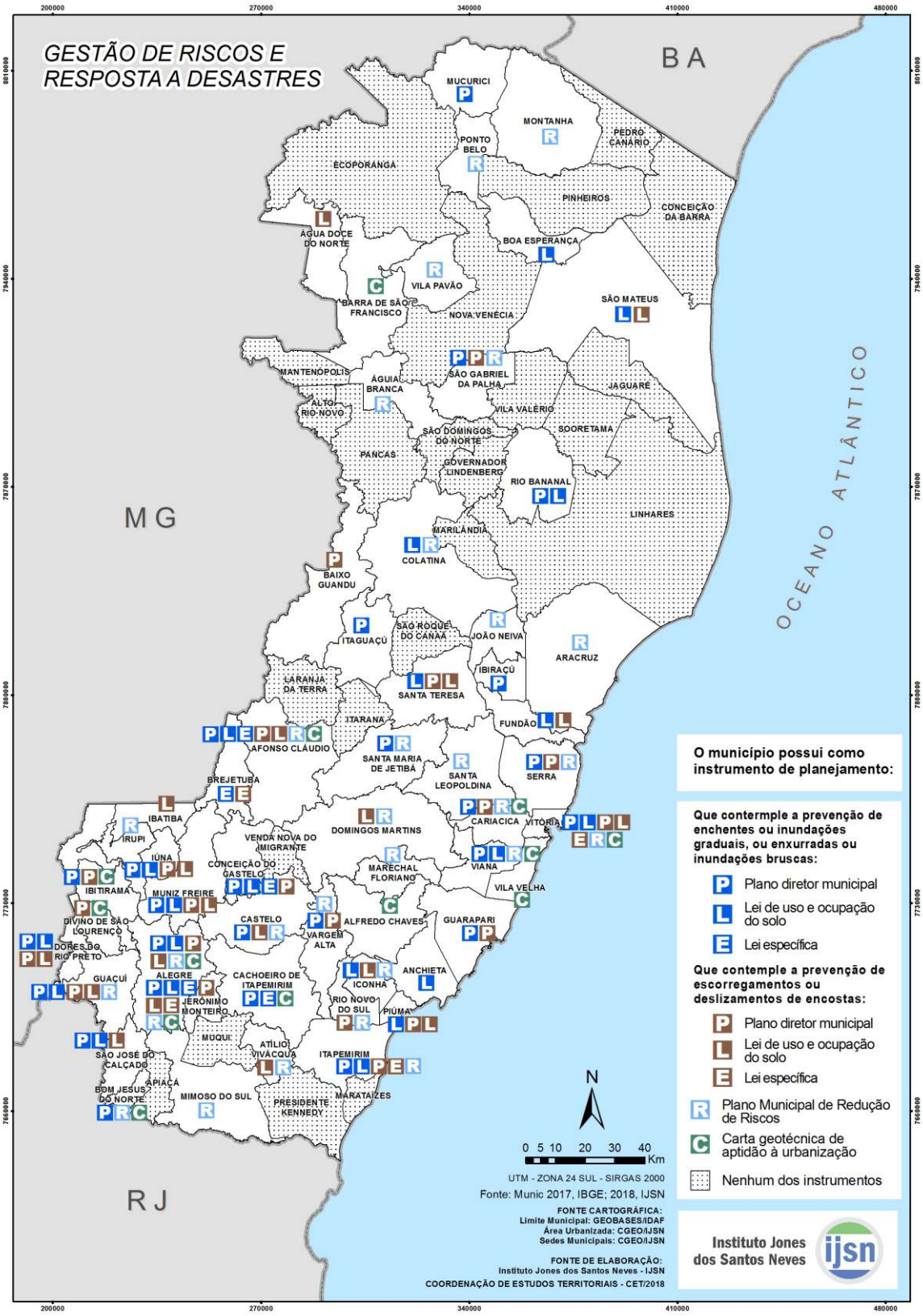
Eventos que atingiram o município nos últimos quatro anos – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 15

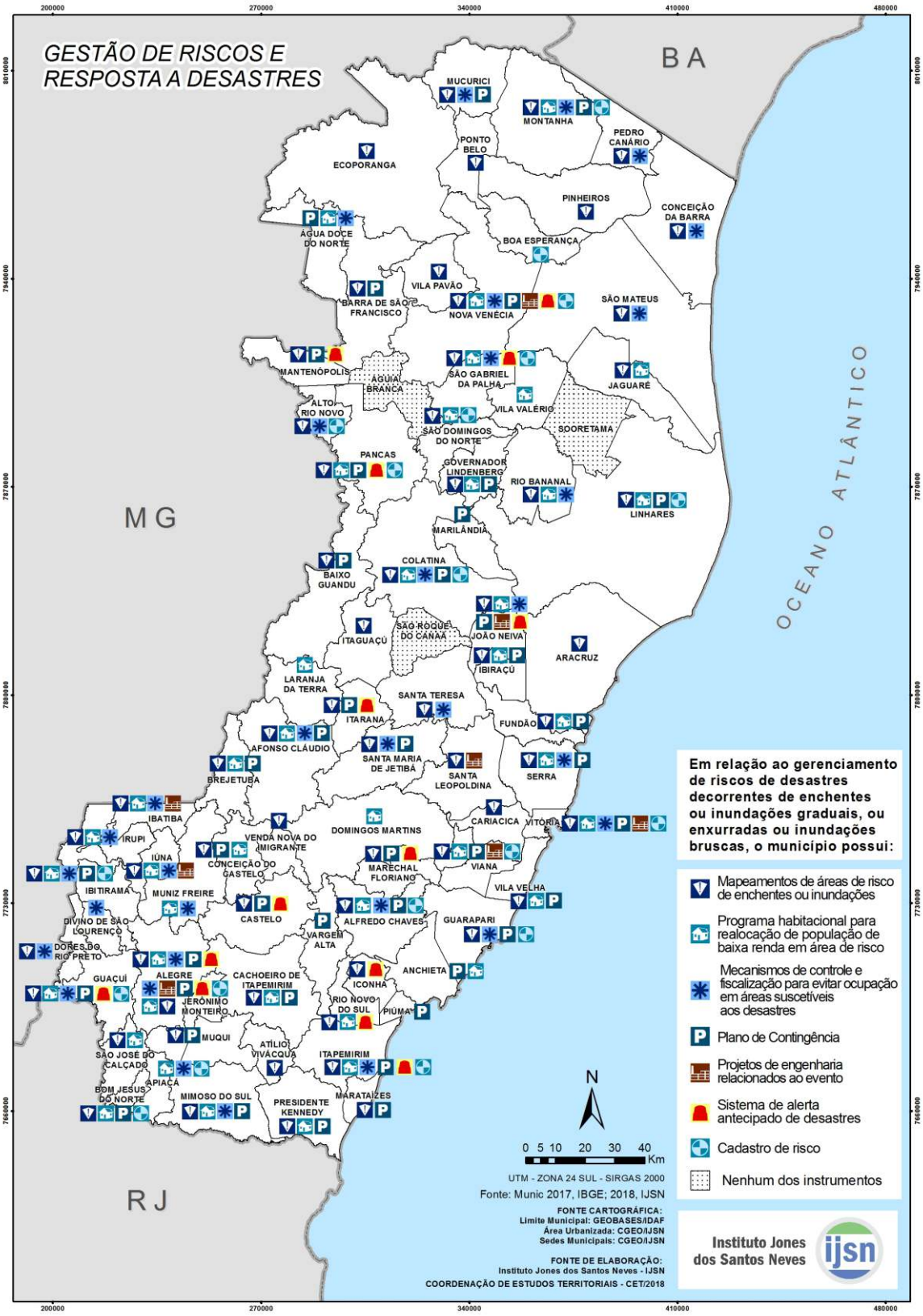
Instrumentos de planejamento relacionados ao gerenciamento de riscos existentes no município – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 16

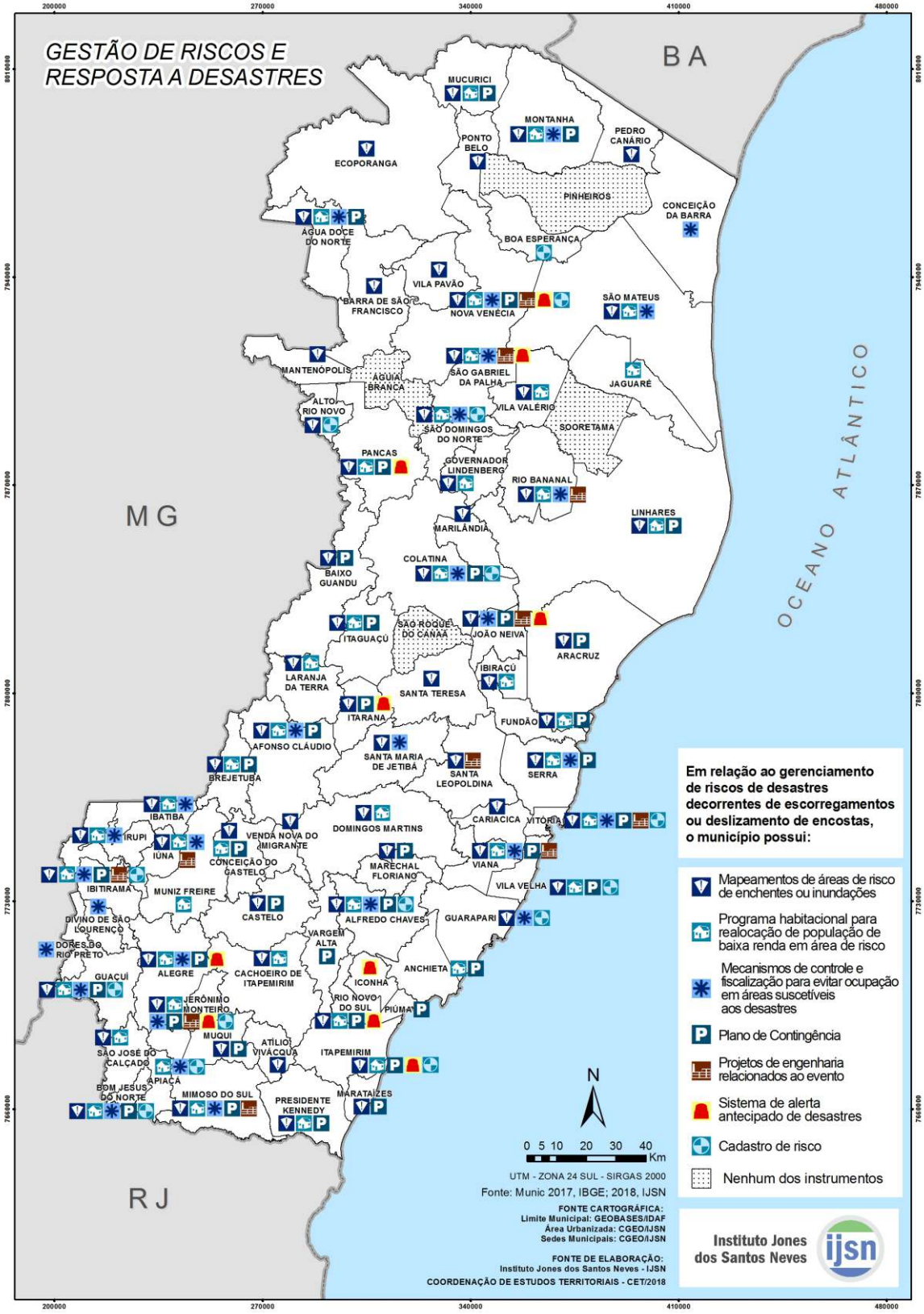
O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 17

O que o município possui em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas – 2017



Fonte: Munic 2017, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Considerações Finais

A análise das informações disponibilizadas pela Munic anualmente possibilita o acompanhamento da evolução dos governos municipais capixabas quanto à sua estrutura, legislação e instrumentos de planejamento e gestão, tendo como objetivo último contribuir para a melhoria da gestão municipal no estado do Espírito Santo. A Munic 2017, por contemplar temas já trazidos por edições anteriores da pesquisa, permitiu, em alguns casos, observar a evolução da gestão municipal nos últimos anos, a partir de aspectos que tratam, principalmente, da existência de uma estrutura mínima necessária para gerir as diversas setoriais de governo, considerando o conjunto Órgão Gestor, Legislação/Plano, Conselho e Fundo Municipal.

No que se refere à área de recursos humanos, quanto à composição do quadro de pessoal da administração direta por vínculo, houve alguma evolução considerando o curto período de tempo aqui analisado, entre 2015 e 2017, e tendo como pressuposto que o aumento de servidores efetivos é positivo para a administração pública. Mais da metade dos municípios do Espírito Santo, mais precisamente quarenta e oito, registraram aumento percentual de servidores estatutários no quadro de pessoal da administração direta. Mas, por outro lado, também houve aumento percentual de comissionados em quarenta e dois municípios, ainda que na maioria dos casos não tenha sido uma variação relevante. Além disso, o percentual de servidores sem vínculo permanente ainda é muito expressivo, inclusive sendo superior ao percentual de comissionados na maioria dos municípios capixabas.

Ao analisar a evolução da estrutura de gestão habitacional nos municípios do Espírito Santo, assim como em relação às demais áreas, há de se considerar eventuais inconsistências de dados, conforme destacado na seção introdutória deste documento. Entre 2011 e 2017, observou-se uma queda no percentual de municípios com secretaria exclusiva de habitação, bem como o aumento de municípios sem estrutura. Contudo, também houve aumento em relação à secretaria em conjunto com outras políticas, o que pode ser resultado do "enxugamento" da máquina pública por parte das prefeituras a partir de 2016, quando teve início um novo mandato municipal. Em função de dificuldades financeiras ou mesmo questões técnicas, não raramente ocorre a fusão de secretarias com políticas afins. O órgão gestor de habitação mais frequente nos

municípios do Espírito Santo continua sendo o setor subordinado a outra secretaria (32,1%). O percentual de municípios com Plano Municipal de Habitação aumentou, porém, ainda se mantém baixo (37,2%). Cabe ressaltar que, em alguns casos, a elaboração de Planos Municipais setoriais é uma exigência para a obtenção de recursos junto ao Governo Federal, de modo que o município possa viabilizar a execução de políticas públicas específicas. O percentual de Conselhos Municipais de Habitação registrou aumento no período, enquanto que o de municípios com Fundo registrou queda, o que também ocorreu em relação à municípios com cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais. Cabe mencionar, novamente, que a adesão dos municípios e demais entes federativos ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) requer uma estrutura institucional básica capacitada, composta por uma instância de administração direta (secretaria ou diretoria) ou órgão a ela ligado (COHAB), um Conselho e um Fundo.

Na área de transporte, também houve queda no percentual de municípios com secretaria exclusiva e aumento no de municípios sem estrutura de órgão gestor, sendo que neste último caso o aumento foi mais significativo em relação ao de habitação. No entanto, ao contrário do caso anterior, o percentual de municípios com secretaria em conjunto com outras políticas se manteve estável no período entre 2012 e 2017. Já o percentual de municípios com setor subordinado a outra secretaria, que continua sendo a estrutura de órgão gestor mais frequente na área de transporte no Espírito Santo (46,2%), sofreu queda. Quanto à existência de Plano (10,3%), Conselho (14,1%) e Fundo Municipal de Transporte (6,4%) houve aumento, porém, os percentuais se mantém irrisórios, considerando a importância da mobilidade no desenvolvimento urbano das cidades.

Cabe ressaltar que nessa área o aparato regulatório é relativamente recente no plano nacional. O Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), Lei nº 12.587/2012, estabeleceu que todos os municípios com mais de vinte mil habitantes deveriam elaborar o Plano de Mobilidade Urbana em até três anos a partir da vigência da lei, de forma integrada ao Plano Diretor, o que não ocorreu em boa parte dos municípios brasileiros, que encontraram muitas dificuldades em se adequarem. Desta forma, a Lei 13.683/2018, que altera as Leis nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) e nº 12.587/2012 (PNMU), prorrogou o prazo para 2019. Findo o prazo, os municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência da Lei.

Ainda no tocante à mobilidade, é preocupante que os serviços regulares de transporte de massa nos municípios do Espírito Santo se restrinjam ao transporte coletivo de ônibus, principalmente na RMGV, considerando ainda que capital do estado é uma ilha. Outro ponto preocupante relaciona-se com a baixa presença de ciclovias e bicicletários.

Com relação à ocorrência de secretarias exclusivas, a área de meio ambiente se destaca em relação às demais, mesmo havendo queda entre 2013 e 2017, visto que mais da metade dos municípios do Espírito Santo (53,8%) dispõem de órgão gestor exclusivo de meio ambiente. Outro ponto positivo a se destacar, é a ausência de municípios sem estrutura. Os percentuais referentes à Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente (71,8% e 56,4%, respectivamente), que podem ser considerados significativos quando comparados aos resultados encontrados para as áreas de habitação e transporte, registraram aumento no período analisado. Cabe salientar que os Conselhos são fundamentais para uma gestão democrática e participativa.

O aumento referente ao Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) foi expressivo entre 2013 e 2017, contudo, apenas alcança pouco mais da metade dos municípios do estado (51,3%). A elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), é condição para os municípios terem acesso a recursos da União, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Cabe destacar que a Lei prevê que o plano de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445/2007. Além disso, para municípios com menos de vinte mil habitantes o plano terá conteúdo simplificado.

A pesquisa mostra, ainda, que os municípios capixabas carecem de legislações e instrumentos de gestão ambiental, e que a participação em Consórcios e Convênios para a realização ou manutenção de ações na área de meio ambiente pode ser mais fomentada no estado do Espírito Santo, onde o Consórcio mais frequente é o Público intermunicipal.

Por fim, no que se refere à gestão de riscos e resposta a desastres há muito que se avançar no Espírito Santo, tanto em relação aos instrumentos de planejamento relacionados ao gerenciamento de riscos quanto em ações para evitar ou minimizar os danos causados pela seca, alagamentos, processos erosivos, dentre outros eventos aqui analisados. Porém, foi relevante a quan-

tidade de questões não respondidas pelos municípios, prejudicando a análise. Neste sentido, cabe reforçar a necessidade de aprimoramento da metodologia de coleta de dados, que se dá por meio de questionários respondidos pela própria instituição pública municipal, que é responsável pela fidedignidade dos registros da Munic.

Apesar de alguma evolução ao longo dos anos, os municípios do Espírito Santo ainda necessitam aprimorar sua infraestrutura e instrumentos para uma gestão urbana mais efetiva, participativa e inclusiva, mesmo considerando eventuais falhas na pesquisa.

Instituto Jones dos Santos Neves
www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento